

No. 28471

—

**BRAZIL
and
NIGERIA**

Agreement for air services between and beyond their respective territories (with annex). Signed at Brasília on 10 January 1979

Authentic texts: Portuguese and English.

Registered by Brazil on 20 November 1991.

—————

**BRÉSIL
et
NIGÉRIA**

Accord relatif aux services aériens entre leurs territoires respectifs et au-delà (avec annexe). Signé à Brasília le 10 janvier 1979

Textes authentiques : portugais et anglais.

Enregistré par le Brésil le 20 novembre 1991.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO MILITAR FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA SOBRE SERVIÇOS AÉREOS ENTRE SEUS RESPECTIVOS TERRITÓRIOS E ALÉM

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria, daqui em diante referidos como as "Partes Contratantes",

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria são Partes da Convenção de Aviação Civil Internacional, aberta à assinatura em 7 de dezembro de 1944, e

DESEJANDO concluir um Acordo suplementar à dita Convenção, com o propósito de estabelecer serviços aéreos entre seus respectivos territórios e além,

ACORDARAM no seguinte:

ARTIGO I

INTERPRETAÇÃO

Para fins do presente Acordo e do seu Anexo, exceto se o texto especificar de outra forma:

a) o termo "a Convenção" significa a Convenção de Aviação Civil Internacional, aberta à assinatura em Chicago em 7 de dezembro de 1944, e inclui quaisquer Anexos adotados conforme o Artigo 90 da aquela Convenção e qualquer Emenda aos Anexos daquela Convenção, de acordo com seus Artigos 90 e 94, desde que aqueles Anexos e Emendas tenham sido adotados por ambas as Partes Contratantes;

b) o termo "Autoridades Aeronáuticas" significa, no caso da República Federativa do Brasil, o Ministro da Aeronáutica, responsável por assuntos relativos à Aviação Civil, ou qualquer pessoa ou organização autorizada a desempenhar quaisquer funções presentemente exercidas pelo referido Ministro ou funções similares, e, no caso da República Federal da Nigéria, o Comissário responsável por assuntos relativos à Aviação Civil ou qualquer pessoa ou organização autorizada

a desempenhar quaisquer funções presentemente exercidas pelo referido Comissário ou funções similares;

c) o termo "empresa aérea designada" significa uma empresa aérea que tenha sido designada e autorizada, conforme o Artigo III do presente Acordo;

d) o termo "território", em relação a um Estado, significa as áreas terrestres e águas territoriais a ele adjacentes sob a soberania ou proteção daquele Estado;

e) os termos "serviço aéreo", "serviço aéreo internacional", "empresa aérea" e "escala para fins não-comerciais" têm os significados respectivamente a eles atribuídos no Artigo 96 da Convenção;

f) os termos "equipamento de aeronave", "estoques de aeronave" e "partes sobressalentes" têm os significados respectivamente a eles atribuídos no Anexo 9 da Convenção.

ARTIGO II

DIREITOS E PRIVILÉGIOS DAS EMPRESAS AÉREAS DESIGNADAS

1. Cada Parte Contratante concede à outra Parte Contratante os direitos especificados no presente Acordo para fins de estabelecer serviços aéreos internacionais regulares, nas rotas especificadas na seção apropriada do Quadro de Rotas anexado ao presente Acordo. Tais serviços e rotas são daqui em diante chamados "serviços acordados" e "rotas especificadas", respectivamente. A empresa aérea designada por cada Parte Contratante deverá ter, enquanto operar um serviço acordado em uma rota especificada, os seguintes direitos:

- a) voar sem pousar através do território da outra Parte Contratante;
- b) fazer escalas para fins não-comerciais no dito território; e
- c) fazer escalas no dito território em pontos especificados para a rota do Quadro de Rotas do presente Acordo para fins de desembarcar e embarcar tráfego internacional de passageiros, carga e mala postal, provenientes do, ou destinados ao território da outra Parte Contratante.

2. Nada do que consta do parágrafo 1. deste Artigo deverá ser considerado para conferir à empresa aérea de uma Parte Contratante o privilégio de embarcar, no território da outra Parte Contratante, passageiros, carga ou mala postal destinados a outro ponto no território da outra Parte Contratante.

ARTIGO III

DESIGNAÇÃO DE EMPRESAS AÉREAS

1. Cada Parte Contratante deverá ter o direito de designar, por escrito, à outra Parte Contratante uma empresa aérea, para fins de operar os serviços acordados nas rotas especificadas.

2. Ao receber a notificação de tal designação, a outra Parte Contratante deverá, de conformidade com o previsto nos parágrafos 3. e 4. deste Artigo, conceder sem demora à empresa aérea designada a apropriada autorização de operação.

3. As Autoridades Aeronáuticas de uma Parte Contratante poderão requerer a uma empresa aérea designada pela outra Parte Contratante a prova de que está qualificada para preencher as condições prescritas nas leis e regulamentos, normal e razoavelmente aplicados à operação de serviços aéreos internacionais por tais autoridades, em conformidade com as prescrições da Convenção.

4. Cada Parte Contratante deverá ter o direito de recusar conceder a autorização de operação, referida no parágrafo 2 deste Artigo, ou impôr as condições que julgar necessárias ao exercício, pela empresa aérea designada, dos direitos especificados no Artigo II deste Acordo, em qualquer caso em que a dita Parte Contratante não esteja convencida de que a propriedade substancial e o controle efetivo daquela empresa aérea estão de posse da Parte Contratante designadora da empresa aérea ou de seus nacionais.

ARTIGO IVVALIDADE DE CERTIFICADOS

1. Certificados de aeronavegabilidade, certificados de competência e licenças expedidas ou validadas por qualquer Parte Contratante, e que não tenham expirado, deverão ser reconhecidos como válidos pela outra Parte Contratante, para fins de operar as rotas especificadas no Anexo a este Acordo.

2. Cada Parte Contratante se reserva o direito de recusar reconhecer como válidos, para fins de operar as ditas rotas sobre seu próprio território, certificados de competência e licenças expedidas aos seus próprios nacionais pela outra Parte Contratante.

ARTIGO VREVOGACÃO E SUSPENSÃO DE DIREITOS

1. Cada Parte Contratante deverá ter o direito de revogar uma autorização de operação ou suspender o exercício de direitos, especificados no Artigo II do presente Acordo, de uma empresa aérea designada pela outra Parte Contratante, ou impôr as condições que julgar necessárias para o exercício desses direitos, em qualquer dos seguintes casos:

- a) quando não estiver convencida de que a propriedade substancial e o controle efetivo daquela empresa estão de posse da Parte Contratante designadora da empresa ou dos nacionais de tal Parte Contratante;
- b) quando a empresa aérea faltar ao cumprimento das leis e regulamentos da Parte Contratante que concede esses direitos;
- c) se a empresa aérea, de qualquer forma, deixar de operar conforme as condições prescritas no presente Acordo.

2. A menos que revogação imediata, suspensão ou imposição das condições mencionadas no parágrafo 1 deste Artigo seja essencial para prevenir posteriores infringências de leis ou regulamentos, tal direito deverá ser exercido, somente após consulta com a outra Parte Contratante.

ARTIGO VI

ISENÇÃO DE DIREITOS ALFANDEGÁRIOS, ETC.

1. Aeronaves operadas em serviços internacionais pela empresa aérea designada de qualquer Parte Contratante, assim como seus equipamentos regulares, suprimentos de combustíveis e lubrificantes e provisões de bordo (incluindo alimentos, bebidas e tabaco), a bordo de tais aeronaves, deverão estar isentos de todos os direitos alfandegários, taxas de inspeção e outros ônus similares, ao chegar ao território da outra Parte Contratante, com a condição de que tais equipamentos e suprimentos permaneçam a bordo da aeronave até o momento em que eles são reexportados ou usados na parte da viagem realizada sobre aquele território.

2. Deverão, também, estar isentos dos mesmos direitos, taxas e ônus, com exceção dos pagamentos correspondentes aos serviços prestados:

- a) provisões de bordo embarcadas no território de uma Parte Contratante, dentro dos limites fixados pelas autoridades da dita Parte Contratante e para uso a bordo de aeronave que deixe esse território, engajada em serviço internacional da outra Parte Contratante;
- b) peças sobressalentes introduzidas no território de qualquer Parte Contratante para manutenção e reparos de aeronaves usadas em serviços internacionais pela empresa aérea designada pela outra Parte Contratante;
- c) combustíveis e lubrificantes destinados a suprir aeronaves que deixam o território, operadas em serviços internacionais pela empresa aérea designada da outra Parte Contratante, mesmo quando estes suprimentos são usados na parte da viagem realizada sobre o território da Parte Contratante, na qual eles foram embarcados.

Os materiais referidos nos subparágrafos a), b) e c) acima podem ser solicitados a permanecer sob controle e supervisão alfandegária.

ARTIGO VII

TRATAMENTO DE EQUIPAMENTO REGULAR DE BORDO, ETC.

O equipamento regular de bordo, assim como os materiais e suprimentos retidos a bordo da aeronave de qualquer Parte Contratante, podem ser descarregados no território da outra Parte Contratante somente com a aprovação das autoridades alfandegárias deste território. Em tal caso, eles podem ser colocados sob a supervisão das ditas autoridades até o momento em que forem reexportados, ou de outra maneira descartados, de acordo com os regulamentos alfandegários.

ARTIGO VIII

MODO DE OPERAÇÃO

1. Deverá haver justa e igual oportunidade para a empresa aérea designada de cada Parte Contratante para operar os serviços acordados nas rotas especificadas.

2. A menos que de outra forma acordado entre as duas empresas aéreas designadas e sujeito às prescrições do parágrafo 4. deste Artigo, ao operar os serviços acordados, a capacidade deverá ser dividida igualmente entre as empresas aéreas das duas Partes Contratantes.

3. A capacidade total a ser oferecida em cada rota especificada deverá estar de acordo com a demanda de tráfego, razoavelmente antecipada.

4. A fim de atender às necessidades de crescimento do tráfego periódico ou futuro nas rotas especificadas no Anexo a este Acordo, as empresas aéreas designadas por ambas as Partes Contratantes deverão entrar em entendimentos relativos às condições sob as quais os serviços aéreos deverão determinar a frequência dos serviços e os horários. Esses entendimentos e quaisquer modificações neles incluídas deverão ser submetidos às Autoridades Aeronáuticas das duas Partes Contratantes para aprovação.

5. Se, ou enquanto, a empresa designada de uma Parte Contratante não utilizar o total ou parte da capacidade a que tem direito em uma ou mais rotas, ela pode concordar em permitir que a empresa designada da outra Parte Contratante utilize dita parte de capacidade, durante um período especificado. Tal Acordo deverá ser submetido às Autoridades Aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes, para aprovação, antes de ser implementado.

ARTIGO IX

TARIFAS

1. As tarifas a serem cobradas pelas empresas aéreas designadas de uma das Partes Contratantes, para ou do território da outra Parte Contratante, serão estabelecidas a níveis razoáveis, tomando-se na devida conta todos os fatores relevantes, inclusive custo de operação, lucros razoáveis e as tarifas de outras empresas aéreas.

2. As tarifas referidas no parágrafo 1. deste Artigo, assim como as taxas por serviços de agenciamento, serão estabelecidas mediante Acordo entre as empresas aéreas designadas por ambas as Partes Contratantes, em consulta com outras empresas aéreas que operam em toda a rota ou em parte dela, e, sempre que possível, através do mecanismo da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA) para a fixação de tarifas.

3. As tarifas assim acordadas deverão ser submetidas à aprovação das Autoridades Aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes pelo menos trinta (30) dias antes da data proposta para sua introdução. Em casos especiais, este prazo poderá ser reduzido, sujeito a acordo das referidas Autoridades.

4. Se as empresas designadas não obtiverem Acordo sobre qualquer uma das tarifas ou se, por outras causas, não fôr possível chegar a acordo sobre uma tarifa, em conformidade com o parágrafo 2. deste Artigo, ou só durante os primeiros quinze (15) dias do prazo de trinta (30) dias mencionado no parágrafo 3. deste Artigo, uma Parte Contratante notificará a outra de sua desaprovação de qualquer tarifa fixada nos termos do parágrafo 2. deste Artigo, as Autoridades Aeronáuticas das Partes Contratantes tentarão estabelecer a tarifa mediante acordo entre si.

5. Se as Autoridades Aeronáuticas não chegarem a acordo sobre qualquer tarifa que lhes fôr submetida nos termos do parágrafo 3. deste Artigo, a divergência será resolvida de conformidade com as disposições do Artigo XIII do presente Acordo.

6. Sujeita às disposições do parágrafo 5. deste Artigo, nenhuma tarifa entrará em vigor sem a aprovação das Autoridades Aeronáuticas de qualquer das Partes Contratantes.

7. As tarifas estabelecidas de conformidade com o previsto neste Artigo vigorarão até que outras venham a ser estabelecidas.

ARTIGO X

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

As Autoridades Aeronáuticas de cada Parte Contratante de deverão fornecer às Autoridades Aeronáuticas da outra Parte Contratante, a pedido desta última, informações estatísticas, razoavelmente solicitadas, para fins de revisar a capacidade oferecida nos serviços acordados pela empresa designada da primeira Parte Contratante.

Tais informações deverão incluir todos os dados necessários para determinar a quantidade de tráfego transportado pela empresa aérea nos serviços acordados, bem como a origem e o destino de tal tráfego.

ARTIGO XI

TRANSFERÊNCIA DO EXCESSO DE RECEITAS

Cada Parte Contratante concede à empresa aérea designada da outra Parte Contratante o direito de transferir, à taxa oficial de câmbio, o excesso das receitas sobre as despesas, obtido pela empresa desta última Parte, no seu território, relativo ao transporte de passageiros, carga e mala postal, sujeito ao regulamento em vigor no território de cada Parte Contratante. Sempre que o sistema de pagamentos entre as Partes Contratantes fôr regido por um acordo especial, este Acordo deverá ser aplicado.

ARTIGO XIICONSULTAS

1. Com vistas a uma estreita colaboração, as Autoridades Aeronáuticas das Partes Contratantes consultar-se-ão periodicamente, para assegurarem a implementação do Acordo e a execução satisfatória de suas disposições e Anexo, assim como quando julgarem necessário modificá-lo.

2. Qualquer das Partes Contratantes poderá solicitar uma consulta, a qual poderá ser efetuada em reunião ou por correspondência e deverá iniciar-se no prazo de sessenta (60) dias, a partir da data da solicitação, a menos que ambas as Partes Contratantes concordem na prorrogação desse prazo.

ARTIGO XIIISOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS

1. As Partes Contratantes empenhar-se-ão para dirimir as divergências que possam surgir quanto à interpretação ou à aplicação do presente Acordo e seu Anexo, através de negociações entre suas respectivas Autoridades Aeronáuticas. No caso de não ser alcançado acordo, a divergência será resolvida, por via diplomática, entre as Partes Contratantes.

2. Caso as Partes Contratantes não cheguem a uma solução da divergência, por via diplomática, qualquer Parte Contratante poderá tomar a decisão de denunciar o Acordo, de conformidade com o Artigo XVIII.

ARTIGO XIVCONSEQUÊNCIA DE ACORDOS MULTILATERAIS

O presente Acordo e seu Anexo deverão ser modificados de modo que suas disposições se conciliem com a entrada em vigor de quaisquer tratados multilaterais dos quais ambos sejam Partes.

ARTIGO XVAPLICAÇÃO DA LEI LOCAL

1. As leis e regulamentos de uma Parte Contratante relativos à entrada em seu território, sobrevôo de território ou saída do mesmo, de aeronaves empregadas em serviço aéreo internacional, ou relativos à exploração e à navegação de tais aeronaves dentro de seu território, serão aplicadas às aeronaves da empresa designada pela outra Parte Contratante.

2. Da mesma forma, as leis, normas e regulamentos de cada Parte Contratante, especialmente os relativos à entrada em seu território ou saída do mesmo, de passageiros, tripulações e carga (como sejam os concernentes à entrada, saída, imigração, passaportes, alfândega e quarentena) aplicar-se-ão aos passageiros, tripulações e carga de aeronaves da empresa dirigida pela outra Parte Contratante, quando no território da primeira Parte Contratante.

ARTIGO XVIREGISTRO DO ACORDO JUNTO À OACI

O presente Acordo e seu Anexo e os demais atos que os modifiquem, assim como qualquer troca de notas concernentes ao Acordo ou seu Anexo, serão registrados junto à Organização de Aviação Civil Internacional.

ARTIGO XVIIEMENDAS

Se qualquer das Partes Contratantes desejar modificar qualquer cláusula do presente Acordo, inclusive os Quadros de Rotas, em anexo, as modificações, se acordadas entre as Partes Contratantes e se necessárias após a consulta prevista no Artigo XII do presente Acordo, passarão a vigorar após sua confirmação por troca de notas, por via diplomática.

ARTIGO XVIII

DENÚNCIA

1. O presente Acordo será concluído por tempo indefinido, sujeito às disposições do parágrafo 2. abaixo.

2. Cada uma das Partes Contratantes poderá, em qualquer tempo, notificar à outra Parte Contratante o seu propósito de denunciar o presente Acordo, fazendo simultaneamente uma comunicação, no mesmo sentido, à Organização de Aviação Civil Internacional. O presente Acordo deixará de vigorar doze (12) meses depois da data do recebimento da notificação pela outra Parte Contratante, salvo se fôr retirada, por consenso de ambas as Partes, antes de expirar aquele prazo. Se não fôr acusado o recebimento da notificação pela Parte Contratante à qual foi dirigida, entender-se-á recebida 14 (quatorze) dias depois de o ter sido pela Organização de Aviação Civil Internacional.

ARTIGO XIX

ENTRADA EM VIGOR

1. O presente Acordo será objeto de ratificação pelas Partes Contratantes e os instrumentos respectivos serão trocados por via diplomática.

2. O presente Acordo e seu Anexo serão aplicados provisoriamente a partir da data de sua assinatura e, em caráter definitivo, na data de troca dos instrumentos de ratificação.

3. Se os instrumentos de ratificação não forem trocados no prazo de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura, qualquer das Partes Contratantes poderá denunciar o presente Acordo mediante notificação por escrito à outra Parte Contratante, no prazo de 12 (doze) meses.

EM FÉ DO QUE, os abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinam o presente Acordo.

FEITO em Brasília, aos *dois* dias do mês de janeiro de 1979, em dois originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos. Em caso de discrepância entre os dois textos, o texto em inglês deverá prevalecer.

Pelo Governo
da República Federativa
do Brasil:

[Signed — Signé]

ANTONIO F. AZEREDO DA SILVEIRA

Pelo Governo
Militar Federal da República
Federal de Nigéria:

[Signed — Signé]

SHEHU MUSA YAR'ADUA

ANEXO

QUADRO DE ROTAS Nº 1

Rotas a serem operadas pela empresa aérea designada pela República Federativa do Brasil:

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4
Pontos de Partida	Pontos Intermediários	Pontos na Nigéria	Pontos Além
Pontos no Brasil	* Luanda * Douala	Lagos ou Kano	-----

* Não são compulsórios

1. A empresa aérea designada pode omitir qualquer ponto intermediário ou além em qualquer dos vôos nas rotas especificadas.

2. A empresa aérea designada pode suspender qualquer dos seus serviços nas rotas especificadas.

3. Frequência: um vôo semanal.

4. As rotas acima podem ser operadas em qualquer direção.

5. Tipo de aeronave: B-707 ou equivalente.

6. A empresa designada terá direitos de tráfego de 5ª liberdade nos seguintes trechos:

Lagos ou Kano - Luanda - Lagos ou Kano

Lagos ou Kano - Douala - Lagos ou Kano

7. Cada empresa aérea designada deverá submeter seus horários às Autoridades Aeronáuticas da outra Parte Contratante, para aprovação, pelo menos trinta (30) dias antes da data de início do serviço programado.

QUADRO DE ROTAS Nº 2

Rotas a serem operadas pela empresa aérea designada pelo Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria.

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4
Pontos de Partida	Pontos Intermediários	Pontos no Brasil	Pontos Além
Pontos na Nigéria	* Acra * Monróvia	Rio de Janeiro ou São Paulo	-----

* Não são obrigatórios

1. A empresa aérea designada pode omitir qualquer ponto intermediário ou além em qualquer dos vôos nas rotas especificadas.

2. A empresa aérea designada pode suspender qualquer dos seus serviços nas rotas especificadas.

3. Frequência: um vôo semanal.

4. As rotas acima podem ser operadas em qualquer direção.

5. Tipo de aeronave: B-707 ou equivalente.

6. Cada empresa aérea designada deverá submeter seus horários às Autoridades Aeronáuticas da outra Parte Contratante, para aprovação, pelo menos trinta (30) dias antes da data de início do serviço programado.

7. A empresa aérea designada pelo Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria terá direitos de tráfico de 5ª liberdade entre:

(a) Rio de Janeiro ou São Paulo - Acra e vice-versa

(b) Rio de Janeiro ou São Paulo - Monróvia e vice-versa

AGREEMENT¹ BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE FEDERAL MILITARY GOVERNMENT OF THE FEDERAL REPUBLIC OF NIGERIA FOR AIR SERVICES BETWEEN AND BEYOND THEIR RESPECTIVE TERRITORIES

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Federal Military Government of the Federal Republic of Nigeria (hereinafter referred to as the "Contracting Parties");

CONSIDERING that the Federative Republic of Brazil and the Federal Republic of Nigeria are parties to the Convention on International Civil Aviation opened for signature at Chicago on the seventh day of December, 1944,² and

DESIRING to conclude an agreement, supplementary to the said Convention, for the purpose of establishing air services between and beyond their respective territories,

HAVE AGREED as follows:

ARTICLE 1

Interpretation

For the purpose of the present Agreement, any annex attached thereto, unless the context otherwise requires:

- a) the term "the Convention" means the Convention on International Civil Aviation opened for signature at Chicago on the seventh day December 1944 and includes any Annexes adopted under Article 90 of that Convention and any amendment of the Annexes of that Convention under Articles 90 and 94 thereof so far as these Annexes and amendments have been adopted by both Contracting Parties;
- b) the term "aeronautical authorities" means, in the case of the Federal Republic of Nigeria, the Commissioner responsible for matters relating to Civil Aviation and any person or body authorized to perform any functions at present exercised by the said Commissioner or similar functions, and, in the case of the Federative

¹ Came into force provisionally on 10 January 1979, the date of signature, and definitively on 18 October 1991 by the exchange of the instruments of ratification, which took place at Brasilia, in accordance with article 19 (2).

² United Nations, *Treaty Series*, vol. 15, p. 295. For the texts of the Protocols amending this Convention, see vol. 320, pp. 209 and 217; vol. 418, p. 161; vol. 514, p. 209; vol. 740, p. 21; vol. 893, p. 117; vol. 958, p. 217; vol. 1008, p. 213, and vol. 1175, p. 297.

- or any person or body authorized to perform any functions at present exercised by the said Minister or similar functions;
- c) the term "designated airline" means an airline which has been designated and authorized in accordance with Article 3 of the present Agreement;
 - d) the term "territory" in relation to a State means the land areas and territorial waters adjacent thereto under the sovereignty or protection of that State;
 - e) the terms "air service", "international air service", "airline" and "stop for non-traffic purposes" have the meanings respectively assigned to them in Article 96 of the Convention; and,
 - f) the terms "aircraft equipment", "aircraft stores" and "spare parts" have the meanings respectively assigned to them in Annex 9 of the Convention.

ARTICLE 2

Right and Privileges of Designated Airlines

Each Contracting Party grants to the other Contracting Party the rights specified in the present Agreement for the purpose of establishing scheduled international air services on the routes specified in the appropriate section of the Schedules annexed to the present Agreement. Such services and routes are hereafter called "the agreed services" and "the specified routes" respectively. The airline designated by each Contracting Party shall enjoy, while operating an agreed service on a specified route, the following rights:

- a) to fly without landing across the territory of the other Contracting Party;
- b) to make stops in the said territory for non-traffic purpose; and
- c) to make stops in the said territory at the points specified for that route in the schedule to the present Agreement for the purpose of putting down and taking up international traffic in passengers, cargo and mail, coming from or destined for the territory of the other Contracting Party.

2. Nothing in paragraph (1) of this Article shall be deemed to confer on the airline of one Contracting Party the privilege of taking up, in the territory of the other Contracting Party, passengers, cargo or mail destined for another point in the territory of that other Contracting Party.

ARTICLE 3

Designation of Airlines

1. Each Contracting Party shall have the right to designate in writing to the other Contracting Party one airline for the purpose of operating agreed services on the specified routes.

2. On receipt of the notice of such designation, the other Contracting Party shall, subject to the provisions of paragraphs (3) and (4) of this Article, without delay grant to the airline designated the appropriate operating authorisation.

3. The aeronautical authorities of one Contracting Party may require an airline designated by the other Contracting Party to satisfy them that it is qualified to fulfil the conditions prescribed under the laws and regulations normally and reasonably applied to the operation of international air services by such authorities in conformity with the provisions of the Convention.

4. Each Contracting Party shall have the right to refuse to grant the operating authorisation referred to in paragraph (2) of this Article or to impose such conditions as it may deem necessary on the exercise by a designated airline of the rights specified in Article 2 of the present Agreement, in any case where the said Contracting Party is not satisfied that substantial ownership and effective control of that airline are vested in the Contracting Party designating the airline or in its nationals.

5. When an airline has been so designated and authorized, it may begin at any time to operate the agreed services provided that a tariff established in accordance with the provisions of Article 9 of the present Agreement is in force in respect of that service.

ARTICLE 4

Validity of Certificates

1. Certificates of airworthiness, certificates of competency and licences issued or validated by either Contracting Party and which have not expired, shall be recognized as valid by the other Contracting Party for the purposes of operating the air routes specified in the Annex hereto.

2. Each Contracting Party reserves the right to refuse to recognize as valid for the purposes of operating the said air routes over its own territory, certificates of competency and licences issued to its own nationals by the other Contracting Party.

ARTICLE 5

Revocation and Suspension of Rights

1. Each Contracting Party shall have the right to revoke an operating authorisation or to suspend the exercise of the rights specified in Article 2, of the present Agreement by any airline designated by the other Contracting Party, or to impose such conditions as it may deem necessary or the exercise of these rights in any of the following cases:

- a) Where it is not satisfied that substantial ownership and effective control of that airline are vested in the Contracting Party designating the airline or in nationals of such Contracting Party;
- b) Failure by the airline to comply with the laws or regulations of the Contracting Party granting these rights;
- c) If the airline otherwise fails to operate in accordance with the conditions prescribed under the present Agreement.

2. Unless immediate revocation, suspension or imposition of the conditions mentioned in paragraph (1) of this Article is essential to prevent further infringements of laws, or regulations, such right shall be exercised only after consultation with the other Contracting Party.

ARTICLE 6

Exemption from Customs Duties, etc

1. Aircraft operated on international services by the designated airline of either Contracting Party, as well as their regular equipment, supplies of fuels and lubricants, and aircraft stores (including food, beverages and tobacco) on board, such aircraft shall be exempt from all customs duties, inspection fees and other similar charges on arriving in the territory of the other Contracting Party, provided such equipment and supplies remain on board the aircraft up to such time as they are re-exported or are used on the part of the journey performed over that territory.

2. There shall also be exempt from the same duties, fees, and charges with the exception of charges corresponding to the services performed:

- a) aircraft stores taken on board in the territory of a Contracting Party, within limits fixed by the authorities of the said Contracting Party, and for use on board outbound aircraft engaged in an international service of the other Contracting Party;
- b) spare parts introduced into the territory of either Contracting Party for the maintenance or repairs of aircraft used on international services by the designated airline of the other Contracting Party;
- c) fuel and lubricants destined to supply outbound aircraft operated on international services by the designated airline of the other Contracting Party; even when these supplies are to be used on the part of the journey performed over the territory of the Contracting Party in which they are taken on board.

Materials referred to in sub-paragraphs (a), (b) and (c) above may be required to be kept under customs supervision or control.

ARTICLE 7

Treatment of Regular Airborne Equipment, etc.

The regular airborne equipment as well as the materials and supplies retained on board the aircraft of either Contracting Party may be unloaded in the territory of the other Contracting Party only with the approval of the Customs authorities of that territory. In such case, they may be placed under the supervision of the said authorities up to such time as they are re-exported or otherwise disposed of in accordance with Customs regulations.

ARTICLE 8

Mode of Operation

1. There shall be fair and equal opportunity for the designated airline of each Contracting Party to operate agreed services on the specified routes.

2. Unless otherwise agreed between the two designated airlines and subject to the provisions of paragraph (4) of this Article,

in operating the agreed services, capacity shall be shared equally between the said airlines of the two Contracting Parties.

3. The total capacity to be provided on each of the specified routes shall be in accordance with reasonably anticipated traffic demand.

4. In order to meet the requirements of seasonal or future traffic growth on the routes specified in the Annex to this Agreement, the airlines designated by both Contracting Parties shall make arrangements relating to the conditions under which the air services shall be operated. The arrangements so made by the designated airlines shall determine the frequency of services and the schedules. These arrangements together with any modifications thereto shall be submitted to the aeronautical authorities of the two Contracting Parties for approval.

5. If and so long as the designated airline of one Contracting Party does not utilise the whole or part of its own share of the capacity on one or more routes, it may agree to allow the designated airline of the other Contracting Party to utilise its said share of the capacity during a specified period. Such an agreement shall be submitted to the aeronautical authorities of both Contracting Parties for approval prior to its being implemented.

ARTICLE 9

Tariffs

1. The tariffs to be charged by the designated airline of one of the Contracting Parties, for carriage to or from the territory of the other Contracting Party shall be established at reasonable levels, due regard being paid to all relevant factors, including cost of operation, reasonable profits, and the tariffs of other airlines.

2. The tariffs referred to in paragraph (1) of this Article, together with the rates of Agency commission applicable, shall, if possible, be agreed by the designated airlines of both Contracting Parties, in consultation with other airlines operating over the whole or part of the route, and such agreement shall where possible, be reached through the rate fixing machinery of the International Air Transport Association.

3. The tariffs so agreed shall be submitted for the approval of the aeronautical authorities of the Contracting Parties at least thirty days (30) before the proposed date of their introduction. In special cases, this time limit may be reduced subject to the agreement of the said authorities.

4. If the designated airlines cannot agree on any of these tariffs, or if for any other reason a tariff cannot be fixed in accordance with the provisions of paragraph (2) of this Article, or if during the first fifteen (15) days of the thirty (30) days' period referred to in paragraph (3) of this Article one

Contracting Party gives the other Contracting Party notice of its dissatisfaction with any tariff fixed in accordance with the provisions of paragraph (2) of this Article, the aeronautical authorities of the Contracting Parties shall try to determine the tariff by Agreement between themselves.

5. If the aeronautical authorities cannot agree on the approval of any tariff submitted to them under paragraph (3) of this Article or on the determination of any tariff under paragraph (4), the dispute shall be settled in accordance with the provisions of Article 13 of the present Agreement.

6. Subject to the provisions of paragraph (5) of this Article, no tariff shall come into force if the aeronautical authorities of either Contracting Party have not approved it.

7. The tariffs established in accordance with the provisions of this Article shall remain in force until new tariffs have been established in accordance with the provisions of the present Article.

ARTICLE 10

Statements of Statistics

The aeronautical authorities of either Contracting Party shall supply to the aeronautical authorities of the other Contracting Party at the latter's request such periodic or other statements of statistics as may be reasonably required for the purpose of reviewing the capacity provided on the agreed services by the designated airline of the first Contracting Party.

Such statements shall include all information required to determine the amount of traffic carried by the airline on the agreed services and the origins and destination of such traffic.

ARTICLE 11

Transfer of Excess Receipts

Each Contracting Party grants to the designated airline of the other Contracting Party the right of transfer at the official rate of exchange of the excess of receipts over expenditure earned by the airline in its territory in connection with the carriage of passengers, mail and cargo, subject to prevailing regulations in the territory of each Contracting Party. Whenever the payments system between the Contracting Parties is governed by a special agreement, this agreement shall apply.

ARTICLE 12Consultations

1. In a spirit of close cooperation, the aeronautical authorities of the Contracting Parties shall consult each other from time to time with a view to ensuring the implementation of, and satisfactory compliance with the provisions of the present Agreement and the Schedules annexed thereto and shall also consult when necessary to provide for modification thereof.

2. Either Contracting Party may request consultation which may be through discussion or by correspondence and shall begin within a period of sixty (60) days of the date of the request, unless both Contracting Parties agree to an extension of this period.

ARTICLE 13Settlement of Disputes

If any dispute arises between the Contracting Parties relating to the interpretation or application of the present Agreement the Contracting Parties shall endeavour to settle it by negotiations between their aeronautical authorities, failing which the dispute shall be settled through diplomatic channels between the Contracting Parties.

However, if the Contracting Parties fail to reach a settlement of the dispute through diplomatic channels, either Contracting Party may decide to terminate this Agreement in accordance with its Articles 18.

ARTICLE 14Effect of Multilateral Agreements

The present Agreement and its schedules shall be amended so as to conform with any multilateral treaties which may become binding on both Contracting Parties.

ARTICLE 15Application of Local Laws

1. The laws, rules and regulations of each Contracting Party relating to entry into its territory, overflight of the territory and departure therefrom by aircraft engaged in international air navigation, or relating to the operation and navigation of such aircraft within its

own territory shall be applicable to the aircraft of the airline designated by the other Contracting Party.

2. Similarly, the laws, rules and regulations of each Contracting Party, especially those relating to the entry into or departure from its territory of passengers, crew and cargo (such as regulations relating to entry, exit, immigration, passports, customs and quarantine) shall be applicable to the passengers, crew and cargo carried by an aircraft of the designated airline of the other Contracting Party while within the territory of the former Contracting Party.

ARTICLE 16

Registration of Agreement with I.C.A.O.

The present Agreement, its annex, any amendments to either the Agreement or annex and any exchange of Notes relating to either the Agreement or its annex shall be registered with the International Civil Aviation Organization.

ARTICLE 17

Amendments

If either of the Contracting Parties considers it desirable to modify any provision of the present Agreement, including the schedules annexed thereto, such modification, if agreed between the Contracting Parties and if necessary after consultation in accordance with Article 12 of the present Agreement, shall come into effect when confirmed by an exchange of notes.

ARTICLE 18

Termination

1. The present Agreement shall be concluded for an indefinite period of time, subject to the provisions of paragraph (2) below.
2. Either Contracting Party may at any time give notice to the other Contracting Party of its decision to terminate the present Agreement; such notice shall be simultaneously communicated to the International Civil Aviation Organization. In such case the Agreement shall terminate twelve (12) months after the date of receipt of the notice by the other Contracting Party, unless the notice to terminate is withdrawn by agreement before the expiry of this period. In the absence of acknowledgement of receipt by the other Contracting Party, notice shall be deemed to have been received fourteen (14) days after

the receipt of the notice by the International Civil Aviation Organization.

ARTICLE 19

Entry into Force

1. The present Agreement shall be subject to ratification by the Contracting Parties and instruments of ratification shall be exchanged through diplomatic channels.
2. The present Agreement and its annex shall come into force provisionally from the date of signature and definitively on the date of exchange of instruments of ratification thereof.
3. If instruments of ratification are not exchanged within twelve (12) months from the date of signature, either Contracting Party may terminate this Agreement by giving twelve (12) months notice in writing to the other Contracting Party.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorized thereto by their respective Governments, have signed the present Agreement

DONE at Brasilia, this 10th day of January 1979, in duplicate in the Portuguese and English languages, both texts being equally authentic; but in case of any discrepancies between the two texts, the English text shall prevail.

For the Government
of the Federative Republic
of Brazil:

[Signed — Signé]¹

For the Federal Military
Government of the Federal
Republic of Nigeria:

[Signed — Signé]²

¹ Signed by Antonio F. Azeredo da Silveira — Signé par Antonio F. Azeredo da Silveira.

² Signed by Shehu Musa Yar'Adua — Signé par Shehu Musa Yar'Adua.

ANNEX

SCHEDULE I

Routes to be operated by the designated airline of the Federal Military Government of the Federal Republic of Nigeria.

Column 1 Points of Departure in Nigeria	Column 2 Intermediate Points	Column 3 Points in Brazil	Column 4 Points Beyond
Any points	Accra, Monrovia	Rio de Janeiro or São Paulo	To be agreed later

1. The designated airline may omit any intermediate points beyond on the specified routes.

2. The designated airline may terminate any of its services on the specified routes.

3. Frequency: Once weekly.

4. The above routes may be operated in either direction.

5. Aircraft type: Boeing 707 or its equivalent.

6. Each designated airline shall submit its time-table to the aeronautical authorities of the other Contracting Party for approval at least thirty (30) days before the date of commencement of scheduled service.

7. The designated airline of the Federal Military Government of the Federal Republic of Nigeria shall exercise 5th freedom traffic rights between:

(a) Rio de Janeiro/São Paulo-Accra and vice versa.

(b) Rio de Janeiro/São Paulo-Monrovia and vice versa.

SCHEDULE 2

Routes to be operated by the designated airline of the Government of the Federative Republic of Brazil.

Column 1 Points of Departure in Brazil	Column 2 Intermediate Points	Column 3 Points in Nigeria	Column 4 Points Beyond
Any points	Luanda Douala	Lagos or Kano	To be agreed later

1. The designated airline may omit any intermediate points or points beyond on the specified routes.
2. The designated airline may terminate any of its services on the specified routes.
3. Frequency: Once weekly.
4. The above routes may be operated in either direction.
5. Aircraft type: Boeing 707 or its equivalent.
6. Each designated airline shall submit its time-table to the aeronautical authorities of the other Contracting Party for approval at least thirty, (30) days before the date of commencement of scheduled service.
7. The designated airline of the Government of the Federative Republic of Brazil shall exercise 5th freedom traffic between:
 - (a) Lagos/Kano-Luanda and vice versa.
 - (b) Lagos/Kano-Douala and vice versa.

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD¹ ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE
FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT FÉDÉRAL
MILITAIRE DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRALE DU NIGÉRIA
RELATIF AUX SERVICES AÉRIENS ENTRE LEURS TERRI-
TOIRES RESPECTIFS ET AU-DELÀ

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement fédéral militaire de la République fédérale du Nigéria,

Considérant que la République fédérale du Brésil et la République fédérale du Nigéria sont parties à la Convention relative à l'aviation civile internationale ouverte à la signature à Chicago le 7 décembre 1944²,

Désireux de conclure un accord complémentaire de ladite Convention aux fins d'établir des services aériens entre leurs territoires respectifs et au-delà,

Sont convenus ce qui suit :

Article premier

INTERPRÉTATION

Aux fins du présent Accord et de toute annexe jointe audit Accord, et, sauf indication contraire du contexte :

a) Le terme « Convention » désigne la Convention relative à l'aviation civile internationale ouverte à la signature à Chicago le 7 décembre 1944, ainsi que toute annexe adoptée conformément à l'article 90 de ladite Convention et tout amendement à la Convention adopté conformément aux articles 90 et 94 de celle-ci dans la mesure où lesdits amendements et annexes ont été adoptés par les deux parties contractantes;

b) L'expression « autorités aéronautiques » s'entend, en ce qui concerne la République fédérale du Nigéria, du Commissaire chargé des questions relatives à l'aviation civile et de toute personne ou organisme habilités à remplir les fonctions actuellement exercées par ledit Commissaire ou des fonctions analogues et, en ce qui concerne la République fédérative du Brésil, du Ministère de l'Aéronautique et de toute personne ou organisme habilités à remplir les fonctions actuellement exercées par ledit Ministre ou des fonctions similaires;

c) L'expression « entreprise désignée » s'entend d'une entreprise de transports aériens qui a été désignée et autorisée conformément aux dispositions de l'article 3 du présent Accord;

¹ Entré en vigueur à titre provisoire le 10 janvier 1979, date de la signature, et à titre définitif le 18 octobre 1991 par l'échange des instruments de ratification, qui a eu lieu à Brasilia, conformément au paragraphe 2 de l'article 19.

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 15, p. 295. Pour les textes des Protocoles amendant cette Convention, voir vol. 320, p. 209 et 217; vol. 418, p. 161; vol. 514, p. 209; vol. 740, p. 21; vol. 893, p. 117; vol. 958, p. 217; vol. 1008, p. 213, et vol. 1175, p. 297.

d) Le terme « territoire » s'entend, pour chaque Etat, des régions terrestres et des eaux territoriales y adjacentes placées sous la souveraineté ou la protection de cet Etat;

e) Les expressions « service aérien », « service aérien international », « entreprise de transports aériens » et « escale non commerciale » ont le sens qui leur est respectivement donné à l'article 96 de la Convention; et

f) Les expressions « équipement de bord », « provisions de bord » et « pièces de rechange » ont le sens qui leur est respectivement donné dans l'annexe 9 de la Convention.

Article 2

DROITS ET PRIVILÈGES DES ENTREPRISES DÉSIGNÉES

1. Chacune des parties contractantes accorde à l'autre les droits énoncés dans le présent Accord aux fins de l'établissement de services aériens internationaux réguliers sur les routes indiquées dans la section pertinente des tableaux annexés au présent Accord. Ces services et routes sont dénommés ci-après « services convenus » et « routes indiquées ». L'entreprise désignée par chaque partie contractante aura le droit, au cours de l'exploitation d'un service convenu et sur une route indiquée :

a) De survoler le territoire de l'autre partie contractante sans y faire escale;

b) De faire des escales non commerciales sur ledit territoire; et

c) D'y faire escale aux points de ladite route indiqués dans le tableau annexé au présent Accord, en vue de débarquer ou d'embarquer, en trafic international, des passagers, des marchandises et du courrier.

2. Aucune disposition du paragraphe 1 du présent article ne pourra être interprétée comme conférant à l'entreprise d'une partie contractante le droit d'embarquer, sur le territoire de l'autre partie, des passagers, des marchandises ou du courrier pour les transporter à un autre point situé sur le territoire de cette autre partie.

Article 3

DÉSIGNATION DES ENTREPRISES

1. Chacune des parties contractantes aura le droit de désigner par écrit à l'autre partie une entreprise de transports aériens chargée d'exploiter sur les routes indiquées les services convenus.

2. Au reçu de la désignation d'une entreprise, l'autre partie contractante accordera sans délai à l'entreprise désignée, sous réserve des dispositions des articles 3 et 4 du présent Accord, le permis d'exploitation voulu.

3. Les autorités aéronautiques de l'une des parties contractantes pourront exiger de l'entreprise de transports aériens désignée par l'autre partie contractante la preuve qu'elle est à même de satisfaire aux conditions prescrites par les lois et règlements que lesdites autorités appliquent normalement et raisonnablement à l'exploitation des services aériens internationaux, conformément aux dispositions de la Convention.

4. Chaque partie contractante aura le droit de refuser le permis d'exploitation visé au paragraphe 2 du présent article ou d'imposer les conditions qu'elle jugera nécessaires à l'exercice des droits spécifiés à l'article 2 du présent Accord par l'entreprise désignée, lorsqu'elle n'aura pas la certitude qu'une part importante de la propriété et le contrôle effectif de cette entreprise sont entre les mains de la partie contractante qui l'a désignée ou de ses ressortissants.

5. Lorsqu'une entreprise a été ainsi désignée et autorisée, elle peut commencer à tout moment à exploiter le service convenu à condition qu'un tarif établi conformément aux dispositions de l'article 9 du présent Accord soit en vigueur pour ce service.

Article 4

VALIDITÉ DES CERTIFICATS

1. Les certificats de navigabilité, les brevets d'aptitude et les licences délivrés ou validés par l'une des parties contractantes et non périmés seront reconnus valables par l'autre partie contractante, aux fins d'exploitation des routes indiquées dans l'annexe au présent Accord.

2. Chaque partie contractante se réserve le droit de ne pas reconnaître valables pour l'exploitation desdites routes au-dessus de son propre territoire les brevets d'aptitude et les licences délivrés à ses propres ressortissants par l'autre partie contractante.

Article 5

REFUS, RETRAIT ET SUSPENSION DES DROITS

1. Chacune des parties contractantes aura le droit de retirer le permis d'exploitation ou de suspendre l'exercice des droits énoncés à l'article 2 du présent Accord pour toute entreprise désignée par l'autre partie, ou d'imposer les conditions qu'elle jugera nécessaires à l'exercice de ces droits dans tous les cas où :

a) Elle n'aura pas la certitude qu'une part importante de la propriété de cette entreprise et son contrôle effectif sont détenus par la partie contractante qui l'a désignée ou par des ressortissants de cette partie;

b) L'entreprise ne se conformerait pas aux lois et règlements de la partie contractante qui accorde lesdits droits;

c) L'entreprise manquerait, de toute autre manière, à conformer son exploitation aux conditions prescrites dans le présent Accord.

2. A moins qu'il ne soit essentiel de retirer ou de suspendre immédiatement un permis d'exploitation ou d'imposer les conditions prévues au paragraphe 1 du présent article afin d'empêcher que les lois et règlements continuent d'être enfreints, il ne sera fait usage de cette faculté qu'après consultation avec l'autre partie contractante.

Article 6

EXONÉRATION DE DROITS DE DOUANE ET AUTRES

1. Les aéronefs utilisés en service international par l'entreprise désignée par l'une ou l'autre des parties contractantes, ainsi que leur équipement normal, les carburants et lubrifiants et les provisions de bord (y compris les denrées alimentaires, les boissons et le tabac) se trouvant à bord desdits aéronefs, sont exemptés de tous droits de douane, frais d'inspection et autres redevances similaires à l'arrivée sur le territoire de l'autre partie, à condition que cet équipement et ces approvisionnements demeurent à bord jusqu'à ce qu'ils soient réexportés ou utilisés lors du survol d'une partie de ce territoire.

2. Seront également exemptés des mêmes droits, frais et redevances, à l'exception des redevances correspondant à une prestation de services :

a) Les provisions de bord embarquées sur le territoire de l'une des parties contractantes, dans les limites fixées par les autorités de ladite partie, et destinées à être utilisées à bord d'aéronefs de l'autre partie assurant un service international;

b) Les pièces de rechange introduites sur le territoire de l'une des parties contractantes et destinées à l'entretien ou à la réparation des aéronefs exploités en service international par l'entreprise désignée par l'autre partie;

c) Les carburants et les lubrifiants fournis sur le territoire de l'une des parties contractantes aux aéronefs quittant le territoire, appartenant à une entreprise désignée par l'autre partie et exploités en service international même si ces approvisionnements sont destinés à être utilisés au-dessus du territoire de la partie contractante où ils auront été embarqués.

Il pourra être exigé que les articles visés aux alinéas *a*, *b* et *c* ci-dessus, soient gardés sous la surveillance ou le contrôle de la douane.

Article 7

TRAITEMENT ACCORDÉ À L'ÉQUIPEMENT NORMAL DES AÉRONEFS AINSI QU'À D'AUTRES ARTICLES À BORD

L'équipement normal des aéronefs ainsi que les articles et les approvisionnements conservés à bord des aéronefs de l'une des parties contractantes ne pourront être débarqués sur le territoire de l'autre partie qu'avec l'approbation des autorités douanières de cette autre partie. Dans ce cas, ils pourront être placés sous la surveillance desdites autorités jusqu'à ce qu'ils soient réexportés ou écoulés de toute autre manière conformément aux règlements douaniers.

Article 8

MODE D'EXPLOITATION

1. Les entreprises désignées par les deux parties contractantes auront la faculté d'exploiter, dans des conditions équitables et égales, les services convenus sur les routes indiquées.

2. Sauf accord contraire entre les deux entreprises désignées et sous réserve des dispositions du paragraphe 4 du présent article, lesdites entreprises des deux

parties contractantes observeront un partage égale des capacités pour l'exploitation des services convenus.

3. La capacité totale devant être offerte par les entreprises désignées sera conforme à la demande raisonnablement escomptée.

4. Afin de satisfaire aux besoins de l'accroissement saisonnier ou futur du trafic sur les itinéraires spécifiés dans l'annexe du présent Accord, les entreprises désignées par chacune des parties contractantes feront des arrangements pour déterminer les conditions dans lesquelles les services aériens seront exploités. Ces arrangements fixeront la fréquence et les itinéraires des services. Ces arrangements et toute modification qui pourrait leur être apportée seront soumis pour agrément aux autorités aéronautiques des deux parties contractantes.

5. Si et dans la mesure où l'entreprise désignée d'une partie contractante n'utilise pas la totalité ou une partie de sa part de la capacité sur une ou plusieurs routes, elle pourra autoriser l'entreprise désignée de l'autre partie contractante à utiliser sa part susdite de la capacité pendant une période déterminée. Cet accord sera soumis avant d'être mis en application aux autorités aéronautiques de chacune des parties contractantes pour agrément.

Article 9

TARIFS

1. Les tarifs qu'appliquera l'entreprise désignée par l'une des parties contractantes pour le transport à destination ou en provenance du territoire de l'autre partie seront fixés à des taux raisonnables, compte dûment tenu de tous les éléments d'appréciation pertinents, notamment des frais d'exploitation, de la réalisation d'un bénéfice raisonnable et des tarifs appliqués par les autres entreprises.

2. Les tarifs visés au paragraphe 1 du présent article ainsi que les frais d'agence applicables seront, si possible, fixés d'un commun accord par les entreprises désignées des deux parties contractantes, après consultation des autres entreprises exploitant tout ou partie des routes indiquées; les entreprises devront, autant que possible, réaliser cet accord en recourant à la procédure de fixation des tarifs établie par l'Association du transport aérien international.

3. Les tarifs convenus seront soumis à l'approbation des autorités aéronautiques des parties contractantes au moins trente (30) jours avant la date proposée pour leur entrée en vigueur. Dans des cas spéciaux, ce délai pourra être réduit d'un commun accord entre lesdites autorités.

4. Si les entreprises désignées ne peuvent parvenir à un accord sur l'un quelconque de ces tarifs ou si, pour d'autres raisons, il se révèle impossible de convenir d'un tarif conformément aux dispositions du paragraphe 2 du présent article ou encore si, pendant les quinze (15) premiers jours du délai de trente (30) jours visé au paragraphe 3 du présent article, l'une des parties contractantes informe l'autre qu'elle n'approuve pas un tarif présenté conformément aux dispositions du paragraphe 2 du présent article, les autorités aéronautiques des parties contractantes s'efforceront de fixer le tarif par voie d'accord entre elles.

5. Si les autorités aéronautiques ne parviennent pas à s'entendre au sujet de l'approbation d'un tarif quelconque qui leur est soumis conformément aux disposi-

tions du paragraphe 4, le différend est réglé conformément aux dispositions de l'article 13 du présent Accord.

6. Sous réserve des dispositions du paragraphe 5 du présent Accord, aucun tarif ne peut entrer en vigueur à moins d'avoir été approuvé par les autorités aéronautiques des deux parties contractantes.

7. Les tarifs fixés conformément aux dispositions du présent article resteront en vigueur jusqu'à ce que de nouveaux tarifs aient été fixés conformément aux dispositions du présent article.

Article 10

RELEVÉS STATISTIQUES

Les autorités aéronautiques de l'une des parties contractantes fourniront aux autorités aéronautiques de l'autre partie, sur leur demande, les relevés statistiques, périodiques ou autres, dont celles-ci auront raisonnablement besoin pour examiner la capacité offerte sur les services convenus et sur les routes spécifiées, par l'entreprise désignée par l'autre partie contractante.

Les relevés comprendront tous les renseignements nécessaires pour déterminer le volume de trafic transporté par l'entreprise sur les services convenus ainsi que son origine et sa destination.

Article 11

TRANSFERT DES EXCÉDENTS DE RECETTES

Chacune des parties contractantes accordera à l'entreprise désignée de l'autre partie le droit de transférer, au taux de change officiel et conformément aux règlements applicables sur le territoire de chaque partie contractante, l'excédent des recettes acquises sur les dépenses engagées sur son territoire à l'occasion du transport de passagers, de courrier et de marchandises. Dans tous les cas où le système de paiements entre les parties contractantes est régi par un accord spécial, ledit accord s'appliquera.

Article 12

CONSULTATIONS

1. Les autorités aéronautiques des parties contractantes se consulteront de temps à autre, dans un esprit d'étroite collaboration, pour veiller à ce que les dispositions du présent Accord et des tableaux qui y sont annexés soient dûment appliquées et respectées. Elles se consulteront aussi, en tant que de besoin, pour toute modification à apporter.

2. Chacune des parties contractantes pourra demander que soient tenues des consultations qui pourront avoir lieu soit directement, soit par correspondance et devront commencer dans un délai de soixante (60) jours à compte de la date de la demande, à moins que les deux parties contractantes ne conviennent de proroger ce délai.

Article 13

RÈGLEMENT DES DIFFÉRENDS

Si un différend s'élève entre les parties contractantes concernant l'interprétation ou l'application du présent Accord, elles s'efforceront d'abord de le régler par voie de négociations entre leurs autorités aéronautiques et, en cas d'échec de ces négociations, le différend sera réglé par les voies diplomatiques entre les parties contractantes.

Cependant, si les parties contractantes ne parviennent pas à un accord par les voies diplomatiques, chacune des parties contractantes pourra décider de dénoncer le présent Accord conformément aux dispositions de son article 18.

Article 14

EFFET DES ACCORDS MULTILATÉRAUX

Le présent Accord et les tableaux y annexés seront modifiés pour être rendus conformes à tout traité multilatéral par lequel les parties contractantes pourraient se trouver liées.

Article 15

APPLICATION DE LA LÉGISLATION LOCALE

1. Les lois et règlements d'une partie contractante régissant l'entrée sur son territoire, le survol de son territoire et le départ de son territoire des aéronefs utilisés pour la navigation aérienne internationale ou régissant l'exploitation et la navigation desdits aéronefs à l'intérieur de son territoire s'appliquent aux aéronefs de l'entreprise désignée par l'autre partie contractante.

2. De même, les lois et règlements de l'une des parties contractantes, spécialement ceux relatifs à l'entrée ou au départ de son territoire des passagers, des équipages et des marchandises (comme les règlements relatifs aux formalités d'entrée, de congé, d'immigration, de passeports, de douane et de santé publique) s'appliquent aux passagers, équipages et marchandises transportés par un aéronef de l'entreprise désignée de l'autre partie contractante tant qu'ils se trouvent dans les limites dudit territoire.

Article 16

ENREGISTREMENT DE L'ACCORD AUPRÈS DE L'OACI

Le présent Accord, son annexe et tout amendement qui pourrait leur être apporté seront enregistrés auprès de l'Organisation de l'aviation civile internationale.

Article 17

AMENDEMENTS

Si l'une des parties contractantes désire modifier une disposition quelconque du présent Accord et des tableaux y annexés, cette modification pourra être adoptée

d'un commun accord et, le cas échéant, après les consultations prévues à l'article 12 du présent Accord; elle entrera en vigueur après avoir été confirmée par un échange de notes.

Article 18

DÉNONCIATION

1. Le présent Accord demeurera indéfiniment en vigueur, sous réserve des dispositions du paragraphe 2 ci-dessous.

2. Chacune des parties contractantes pourra à tout moment notifier à l'autre sa décision de mettre fin au présent Accord; la notification devra être communiquée simultanément à l'Organisation de l'aviation civile internationale. Dans ce cas, le présent Accord prendra fin douze (12) mois après la date à laquelle l'autre partie contractante l'aura reçue, à moins qu'elle ne soit retirée d'un commun accord avant l'expiration de ce délai. En l'absence d'accusé de réception de la part de l'autre partie contractante, la notification sera réputée lui être parvenue quatorze (14) jours après la date de sa réception par l'Organisation de l'aviation civile internationale.

Article 19

ENTRÉE EN VIGUEUR

1. Le présent Accord devra être ratifié par les parties contractantes, lesquelles échangeront leurs instruments de ratification par la voie diplomatique.

2. Le présent Accord et son annexe seront provisoirement applicables dès la date de la signature, la date définitive d'entrée en vigueur étant celle de l'échange des instruments de ratification.

3. Si les instruments de ratification ne sont pas échangés dans les douze (12) mois suivant la date de la signature, l'une quelconque des deux parties contractantes peut mettre fin à cet Accord moyennant préavis écrit de douze (12) mois à l'autre partie contractante.

EN FOI DE QUOI, les soussignés, à ce dûment autorisés par leurs gouvernements respectifs, ont signé le présent Accord.

FAIT à Brasília le 10 janvier 1979, en double exemplaire en langues portugaise et anglaise, les deux textes faisant également foi. En cas de contradiction entre les deux textes, le texte anglais prévaudra.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative
du Brésil :

[Signé]

ANTONIO F. AZEREDO DA SILVEIRA

Pour le Gouvernement fédéral
militaire de la République
fédérale du Nigéria :

[Signé]

SHEHU MUSA YAR'ADUA

ANNEXE

TABLEAU I

Routes devant être exploitées par l'entreprise désignée par le Gouvernement fédéral militaire de la République fédérale du Nigéria

<i>Colonne 1</i> <i>Points de départ</i> <i>au Nigéria</i>	<i>Colonne 2</i> <i>Points</i> <i>intermédiaires</i>	<i>Colonne 3</i> <i>Points</i> <i>au Brésil</i>	<i>Colonne 4</i> <i>Points</i> <i>au-delà</i>
Tout point	Accra, Monrovia	Rio de Janeiro ou São Paulo	à convenir ultérieurement

1. L'entreprise désignée peut, lors de tout vol, annuler une escale sur l'un quelconque des points indiqués ci-dessus.

2. L'entreprise désignée peut mettre fin à l'un quelconque de ses services sur les routes indiquées.

3. Fréquence : une fois par semaine.

4. Les routes ci-dessus peuvent être exploitées dans les deux directions.

5. Type d'aéronef : Boeing 707 ou équivalent.

6. Chaque entreprise désignée soumettra ses horaires aux autorités aéronautiques de l'autre partie contractante pour agrément trente (30) jours au moins avant la date de commencement du service.

7. L'entreprise désignée par le Gouvernement militaire fédéral de la République fédérale du Nigéria exercera les droits de trafic de 5^e liberté entre :

a) Rio de Janeiro/São Paulo - Accra et vice versa.

b) Rio de Janeiro/São Paulo - Monrovia et vice versa.

TABLEAU 2

Routes devant être exploitées par l'entreprise désignée par le Gouvernement de la République fédérative du Brésil

<i>Colonne 1 Points de départ au Brésil</i>	<i>Colonne 2 Points intermédiaires</i>	<i>Colonne 3 Points au Nigéria</i>	<i>Colonne 4 Points au-delà</i>
Tout point	Luanda Douala	Lagos ou Kano	à convenir ultérieurement

1. L'entreprise désignée peut annuler une escale sur l'un quelconque des points indiqués ci-dessus.
2. L'entreprise désignée peut mettre fin à l'un quelconque de ses services sur les routes indiquées.
3. Fréquence : une fois par semaine.
4. Les routes ci-dessus peuvent être exploitées dans les deux directions.
5. Type d'aéronef : Boeing 707 ou équivalent.
6. Chaque entreprise désignée soumettra ses horaires aux autorités aéronautiques de l'autre partie contractante pour agrément trente (30) jours au moins avant la date de commencement du service.
7. L'entreprise désignée par le Gouvernement de la République fédérative du Brésil exercera les droits de trafic de 5^e liberté entre :
 - a) Lagos/Kano - Luanda et vice versa.
 - b) Lagos/Kano - Douala et vice versa.

ANNEX A

*Ratifications, accessions, subsequent agreements, etc.,
concerning treaties and international agreements
registered
with the Secretariat of the United Nations*

ANNEXE A

*Ratifications, adhésions, accords ultérieurs, etc.,
concernant des traités et accords internationaux
enregistrés
au Secrétariat de l'Organisation des Nations Unies*

ANNEX A

No. 521. CONVENTION ON THE PRIVILEGES AND IMMUNITIES OF THE SPECIALIZED AGENCIES. APPROVED BY THE GENERAL ASSEMBLY OF THE UNITED NATIONS ON 21 NOVEMBER 1947¹

APPLICATION in respect of the International Finance Corporation and the International Development Association

Notification received on:

12 November 1991

HUNGARY

(With effect from 12 November 1991.)

With the following declaration:

“The Convention . . . is being applied on behalf of Hungary as from 29 April 1985 with respect to the [above-mentioned] specialized agencies”.

Registered ex officio on 12 November 1991.

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 33, p. 261. For final or revised texts of annexes to the Convention transmitted to the Secretary-General subsequent to the date of its registration, see vol. 71, p. 318; vol. 79, p. 326; vol. 117, p. 386; vol. 275, p. 298; vol. 314, p. 308; vol. 323, p. 364; vol. 327, p. 326; vol. 371, p. 266; vol. 423, p. 284; vol. 559, p. 348; vol. 645, p. 340; vol. 1057, p. 320, vol. 1060, p. 337, and vol. 1482, No. A-521; for other subsequent actions, see references in Cumulative Indexes Nos. 1 to 18, as well as annex A in volumes 1126, 1129, 1143, 1144, 1147, 1155, 1236, 1237, 1241, 1286, 1295, 1308, 1312, 1329, 1343, 1380, 1398, 1403, 1404, 1406, 1413, 1426, 1436, 1508, 1512, 1520, 1525, 1551, 1567, 1569, 1582, 1597, 1606 and 1641.

ANNEXE A

N° 521. CONVENTION SUR LES PRIVILÈGES ET IMMUNITÉS DES INSTITUTIONS SPÉCIALISÉES. APPROUVÉE PAR L'ASSEMBLÉE GÉNÉRALE DES NATIONS UNIES LE 21 NOVEMBRE 1947¹

APPLICATION à l'égard de la Société financière internationale et de l'Association internationale de développement

Notification reçue le :

12 novembre 1991

HONGRIE

(Avec effet au 12 novembre 1991.)

Avec la déclaration suivante :

[TRADUCTION — TRANSLATION]

La Convention . . . prend effet pour la Hongrie à compter du 29 avril 1985 en ce qui concerne les institutions spécialisées [susmentionnées].

Enregistré d'office le 12 novembre 1991.

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 33, p. 261. Pour les textes finals ou révisés des annexes communiquées au Secrétaire général postérieurement à la date d'enregistrement de la Convention, voir vol. 71, p. 319; vol. 79, p. 326; vol. 117, p. 386; vol. 275, p. 298; vol. 314, p. 309; vol. 323, p. 365; vol. 327, p. 327; vol. 371, p. 267; vol. 423, p. 285; vol. 559, p. 349; vol. 645, p. 341; vol. 1057, p. 322, vol. 1060, p. 337, et vol. 1482, n° A-521; pour d'autres faits ultérieurs, voir les références données dans les Index cumulatifs n°s 1 à 18, ainsi que l'annexe A des volumes 1126, 1129, 1143, 1144, 1147, 1155, 1236, 1237, 1241, 1286, 1295, 1308, 1312, 1329, 1343, 1380, 1398, 1403, 1404, 1406, 1413, 1426, 1436, 1508, 1512, 1520, 1525, 1551, 1567, 1569, 1582, 1597, 1606 et 1641.

No. 970. GENEVA CONVENTION FOR THE AMELIORATION OF THE CONDITION OF THE WOUNDED AND SICK IN ARMED FORCES IN THE FIELD. SIGNED AT GENEVA ON 12 AUGUST 1949¹

No. 971. GENEVA CONVENTION FOR THE AMELIORATION OF THE CONDITION OF WOUNDED, SICK, AND SHIPWRECKED MEMBERS OF THE ARMED FORCES AT SEA. SIGNED AT GENEVA ON 12 AUGUST 1949²

No. 972. GENEVA CONVENTION RELATIVE TO THE TREATMENT OF PRISONERS OF WAR. SIGNED AT GENEVA ON 12 AUGUST 1949³

No. 973. GENEVA CONVENTION RELATIVE TO THE PROTECTION OF CIVILIAN PERSONS IN TIME OF WAR. SIGNED AT GENEVA ON 12 AUGUST 1949⁴

SUCCESSIONS

Notification received by the Government of Switzerland on:

22 August 1991

NAMIBIA

(With effect from 21 March 1990, the date of the succession of State.)

ACCESSIONS

Instrument deposited with the Government of Switzerland on:

14 October 1991

BRUNEI DARUSSALAM

(With effect from 14 April 1992.)

Certified statements were registered by Switzerland on 5 November 1991.

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 75, p. 31; for subsequent actions, see references in Cumulative Indexes Nos. 1 to 18, as well as annex A in volumes 1226, 1256, 1300, 1314, 1344, 1360, 1372, 1390, 1419, 1425, 1434, 1435, 1444, 1527, 1596 and 1642.

² *Ibid.*, p. 85; for subsequent actions, see references in Cumulative Indexes Nos. 1 to 18, as well as annex A in volumes 1226, 1256, 1300, 1314, 1344, 1360, 1372, 1390, 1419, 1425, 1434, 1435, 1444, 1527, 1596 and 1642.

³ *Ibid.*, p. 135; for subsequent actions, see references in Cumulative Indexes Nos. 1 to 18, as well as annex A in volumes 1138, 1226, 1256, 1300, 1314, 1344, 1360, 1372, 1390, 1404, 1419, 1425, 1434, 1435, 1444, 1527, 1596 and 1642.

⁴ *Ibid.*, p. 287; for subsequent actions, see references in Cumulative Indexes Nos. 1 to 18, as well as annex A in volumes 1151, 1226, 1256, 1300, 1314, 1344, 1360, 1372, 1390, 1419, 1425, 1434, 1435, 1444, 1527, 1596 and 1642.

N° 970. CONVENTION DE GENÈVE POUR L'AMÉLIORATION DU SORT DES BLESSÉS ET DES MALADES DANS LES FORCES ARMÉES EN CAMPAGNE. SIGNÉE À GENÈVE LE 12 AOÛT 1949¹

N° 971. CONVENTION DE GENÈVE POUR L'AMÉLIORATION DU SORT DES BLESSÉS, DES MALADES ET DES NAUFRAGÉS DES FORCES ARMÉES SUR MER. SIGNÉE À GENÈVE LE 12 AOÛT 1949²

N° 972. CONVENTION DE GENÈVE RELATIVE AU TRAITEMENT DES PRISONNIERS DE GUERRE. SIGNÉE À GENÈVE LE 12 AOÛT 1949³

N° 973. CONVENTION DE GENÈVE RELATIVE À LA PROTECTION DES PERSONNES CIVILES EN TEMPS DE GUERRE. SIGNÉE À GENÈVE LE 12 AOÛT 1949⁴

SUCCESSIONS

Notification reçue par le Gouvernement suisse le :

22 août 1991

NAMIBIE

(Avec effet au 21 mars 1990, date de la succession d'Etat.)

ADHÉSIONS

Instrument déposé auprès du Gouvernement suisse le :

14 octobre 1991

BRUNÉI DARUSSALAM

(Avec effet au 14 avril 1992.)

Les déclarations certifiées ont été enregistrées par la Suisse le 5 novembre 1991.

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 75, p. 31; pour les faits ultérieurs, voir les références données dans les Index cumulatifs nos 1 à 18, ainsi que l'annexe A des volumes 1226, 1256, 1300, 1314, 1344, 1360, 1372, 1390, 1419, 1425, 1434, 1435, 1444, 1527, 1596 et 1642.

² *Ibid.*, p. 85; pour les faits ultérieurs, voir les références données dans les Index cumulatifs nos 1 à 18, ainsi que l'annexe A des volumes 1226, 1256, 1300, 1314, 1344, 1360, 1372, 1390, 1419, 1425, 1434, 1435, 1444, 1527, 1596 et 1642.

³ *Ibid.*, p. 135; pour les faits ultérieurs, voir les références données dans les Index cumulatifs nos 1 à 18, ainsi que l'annexe A des volumes 1138, 1226, 1256, 1300, 1314, 1344, 1360, 1372, 1390, 1404, 1419, 1425, 1434, 1435, 1444, 1527, 1596 et 1642.

⁴ *Ibid.*, p. 287; pour les faits ultérieurs, voir les références données dans les Index cumulatifs nos 1 à 18, ainsi que l'annexe A des volumes 1151, 1226, 1256, 1300, 1314, 1344, 1360, 1372, 1390, 1419, 1425, 1434, 1435, 1444, 1527, 1596 et 1642.

No. 4789. AGREEMENT CONCERNING THE ADOPTION OF UNIFORM CONDITIONS OF APPROVAL AND RECIPROCAL RECOGNITION OF APPROVAL FOR MOTOR VEHICLE EQUIPMENT AND PARTS. DONE AT GENEVA, ON 20 MARCH 1958¹

APPLICATION of Regulation No. 44² annexed to the above-mentioned Agreement

Notification received on:

3 November 1991

FRANCE

(With effect from 1 January 1992.)

Registered ex officio on 3 November 1991.

APPLICATION of Regulation No. 71³ annexed to the above-mentioned Agreement

Notification received on:

5 November 1991

UNION OF SOVIET SOCIALIST REPUBLICS

(With effect from 4 January 1992.)

Registered ex officio on 5 November 1991.

APPLICATION of Regulation No. 84⁴ annexed to the above-mentioned Agreement

Notification received on:

13 November 1991

GERMANY

(With effect from 12 January 1992.)

Registered ex officio on 13 November 1991.

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 335, p. 211; vol. 516, p. 378 (rectification of the authentic English and French texts of article 1 (8)); vol. 609, p. 290 (amendment to article 1 (1)); and vol. 1059, p. 404 (rectification of the authentic French text of article 12 (2)); for subsequent actions, see references in Cumulative Indexes Nos. 4 to 18, as well as annex A in volumes 1106, 1110, 1111, 1112, 1122, 1126, 1130, 1135, 1136, 1138, 1139, 1143, 1144, 1145, 1146, 1147, 1150, 1153, 1156, 1157, 1162, 1177, 1181, 1196, 1197, 1198, 1199, 1205, 1211, 1213, 1214, 1216, 1218, 1222, 1223, 1224, 1225, 1235, 1237, 1240, 1242, 1247, 1248, 1249, 1252, 1253, 1254, 1255, 1256, 1259, 1261, 1271, 1273, 1275, 1276, 1277, 1279, 1284, 1286, 1287, 1291, 1293, 1294, 1295, 1299, 1300, 1301, 1302, 1308, 1310, 1312, 1314, 1316, 1317, 1321, 1323, 1324, 1327, 1328, 1330, 1331, 1333, 1335, 1336, 1342, 1347, 1348, 1349, 1350, 1352, 1355, 1358, 1361, 1363, 1364, 1367, 1374, 1379, 1380, 1389, 1390, 1392, 1394, 1398, 1401, 1402, 1404, 1405, 1406, 1408, 1409, 1410, 1412, 1413, 1417, 1419, 1421, 1422, 1423, 1425, 1428, 1429, 1434, 1436, 1438, 1443, 1444, 1458, 1462, 1463, 1464, 1465, 1466, 1474, 1477, 1483, 1484, 1485, 1486, 1487, 1488, 1489, 1490, 1492, 1494, 1495, 1499, 1500, 1502, 1504, 1505, 1506, 1507, 1509, 1510, 1511, 1512, 1513, 1514, 1515, 1516, 1518, 1519, 1520, 1522, 1523, 1524, 1525, 1526, 1527, 1530, 1537, 1541, 1543, 1545, 1546, 1547, 1548, 1549, 1552, 1555, 1557, 1558, 1559, 1563, 1565, 1566, 1567, 1568, 1569, 1573, 1575, 1578, 1580, 1581, 1582, 1583, 1584, 1585, 1589, 1590, 1593, 1597, 1598, 1605, 1607, 1637, 1639, 1641, 1642, 1647 and 1659.

² *Ibid.*, vol. 1213, p. 204; vol. 1294, p. 374; vol. 1423, No. A-4789; vol. 1485, No. A-4789; vol. 1525, No. A-4789, and vol. 1585, No. A-4789.

³ *Ibid.*, vol. 1477, No. A-4789.

⁴ *Ibid.*, vol. 1568, No. A-4789.

N° 4789. ACCORD CONCERNANT L'ADOPTION DE CONDITIONS UNIFORMES D'HOMOLOGATION ET LA RECONNAISSANCE RÉCIPROQUE DE L'HOMOLOGATION DES ÉQUIPEMENTS ET PIÈCES DE VÉHICULES À MOTEUR. FAIT À GENÈVE, LE 20 MARS 1958¹

APPLICATION du Règlement n° 44² annexé à l'Accord susmentionné

Notification reçue le :

3 novembre 1991

FRANCE

(Avec effet au 1^{er} janvier 1992.)

Enregistré d'office le 3 novembre 1991.

APPLICATION du Règlement n° 71³ annexé à l'Accord susmentionné

Notification reçue le :

5 novembre 1991

UNION DES RÉPUBLIQUES SOCIALISTES SOVIÉTIQUES

(Avec effet au 4 janvier 1992.)

Enregistré d'office le 5 novembre 1991.

APPLICATION du Règlement n° 84⁴ annexé à l'Accord susmentionné

Notification reçue le :

13 novembre 1991

ALLEMAGNE

(Avec effet au 12 janvier 1992.)

Enregistré d'office le 13 novembre 1991.

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 335, p. 211; vol. 516, p. 379 (rectification des textes authentiques anglais et français du paragraphe 8 de l'article 1); vol. 609, p. 291 (amendement du paragraphe 1 de l'article 1); et vol. 1059, p. 404 (rectification du texte authentique français du paragraphe 2 de l'article 12); pour les faits ultérieurs, voir les références données dans les Index cumulatifs n°s 4 à 18, ainsi que l'annexe A des volumes 1106, 1110, 1111, 1112, 1122, 1126, 1130, 1135, 1136, 1138, 1139, 1143, 1144, 1145, 1146, 1147, 1150, 1153, 1156, 1157, 1162, 1177, 1181, 1196, 1197, 1198, 1199, 1205, 1211, 1213, 1214, 1216, 1218, 1222, 1223, 1224, 1225, 1235, 1237, 1240, 1242, 1247, 1248, 1249, 1252, 1253, 1254, 1255, 1256, 1259, 1261, 1271, 1273, 1275, 1276, 1277, 1279, 1284, 1286, 1287, 1291, 1293, 1294, 1295, 1299, 1300, 1301, 1302, 1308, 1310, 1312, 1314, 1316, 1317, 1321, 1323, 1324, 1327, 1328, 1330, 1331, 1333, 1335, 1336, 1342, 1347, 1348, 1349, 1350, 1352, 1355, 1358, 1361, 1363, 1364, 1367, 1374, 1379, 1380, 1389, 1390, 1392, 1394, 1398, 1401, 1402, 1404, 1405, 1406, 1408, 1409, 1410, 1412, 1413, 1417, 1419, 1421, 1422, 1423, 1425, 1428, 1429, 1434, 1436, 1438, 1443, 1444, 1458, 1462, 1463, 1464, 1465, 1466, 1474, 1477, 1483, 1484, 1485, 1486, 1487, 1488, 1489, 1490, 1492, 1494, 1495, 1499, 1500, 1502, 1504, 1505, 1506, 1507, 1509, 1510, 1511, 1512, 1513, 1514, 1515, 1516, 1518, 1519, 1520, 1522, 1523, 1524, 1525, 1526, 1527, 1530, 1537, 1541, 1543, 1545, 1546, 1547, 1548, 1549, 1552, 1555, 1557, 1558, 1559, 1563, 1565, 1566, 1567, 1568, 1569, 1573, 1575, 1578, 1580, 1581, 1582, 1583, 1584, 1585, 1589, 1590, 1593, 1597, 1598, 1605, 1607, 1637, 1639, 1641, 1642, 1647 et 1649.

² *Ibid.*, vol. 1213, p. 255; vol. 1294, p. 375; vol. 1423, n° A-4789; vol. 1485, n° A-4789; vol. 1525, n° A-4789, et vol. 1585, n° A-4789.

³ *Ibid.*, vol. 1477, n° A-4789.

⁴ *Ibid.*, vol. 1568, n° A-4789.

No. 9587. INTERNATIONAL CONVENTION FOR THE CONSERVATION OF ATLANTIC TUNAS. DONE AT RIO DE JANEIRO ON 14 MAY 1966¹

N° 9587. CONVENTION INTERNATIONALE POUR LA CONSERVATION DES THONIDÉS DE L'ATLANTIQUE. FAITE À RIO DE JANEIRO LE 14 MAI 1966¹

WITHDRAWAL

Notification received by the Director-General of the Food and Agriculture Organization of the United Nations on:

31 December 1990

CUBA

(With effect from 31 December 1991.)

Certified statement was registered by the Food and Agriculture Organization on the United Nations on 5 November 1991.

RETRAIT

Notification reçue par le Directeur général de l'Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture le :

31 décembre 1990

CUBA

(Avec effet au 31 décembre 1991.)

La déclaration certifiée a été enregistrée par l'Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture le 5 novembre 1991.

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 673, p. 63; for subsequent actions, see references in Cumulative Indexes Nos. 10 to 12, 14, and 16 to 18, as well as annex A in volumes 1147, 1307, 1333, 1342, 1463 and 1551.

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 673, p. 63; pour les faits ultérieurs, voir les références données dans les Index cumulatifs nos 10 à 12, 14, et 16 à 18, ainsi que l'annexe A des volumes 1147, 1307, 1333, 1342, 1463 et 1551.

No. 14026. AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF SWEDEN AND THE GOVERNMENT OF SWITZERLAND FOR COOPERATION IN THE PEACEFUL USES OF ATOMIC ENERGY. SIGNED AT BERN ON 14 FEBRUARY 1968¹

ADDITIONAL PROTOCOL² TO THE ABOVE-MENTIONED AGREEMENT. SIGNED AT STOCKHOLM ON 25 APRIL 1990

Authentic text: English.

Registered by Sweden on 5 November 1991.

The Government of Sweden and the Government of Switzerland,

Considering their close cooperation in the development, use and control of peaceful uses of nuclear energy pursuant to the Agreement between the Government of Switzerland and the Government of Sweden for cooperation in the peaceful uses of atomic energy, signed at Berne on 14 February 1968¹ (hereinafter referred to as the "Agreement for cooperation");

Desiring to continue and expand their cooperation in this field;

Mindful that both Switzerland and Sweden are parties to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons of 1 July 1968³ (hereinafter referred to as the "Treaty");

Mindful that both Switzerland and Sweden have concluded agreements with the International Atomic Energy Agency (hereinafter referred to as the "Agency") for the application of safeguards in connection with the Treaty;⁴

Mindful that both Switzerland and Sweden are parties to the Convention on the Physical Protection of Nuclear Material of 26 October 1979⁵ (hereinafter referred to as the "Convention");

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 969, p. 203.

² Came into force on 25 April 1990, the date of receipt of the notifications by which the Contracting Parties had informed each other of the completion of their respective statutory and constitutional requirements, in accordance with article V.

³ United Nations, *Treaty Series*, vol. 729, p. 161.

⁴ *Ibid.*, vol. 1022, p. 3, and vol. 1162, p. 377.

⁵ *Ibid.*, vol. 1456, No. I-24631.

Recognizing that both Switzerland and Sweden have decided that, when considering the export of nuclear material, equipment or technology, they will act in accordance with the principles contained in the "Guidelines for Nuclear Transfers", published in the Appendix to document INFCIRC/254 of the Agency;

Have agreed on the following:

Article I

1. The prior written consent needed pursuant to Article IV.2 (b) (ii) of the Agreement for cooperation is given in advance by this Additional Protocol for transfers of identified material to facilities of the Swiss nuclear fuel cycle programme delineated and recorded in a list agreed upon by the Contracting Parties.

2. The written authorization needed pursuant to Article IV.2 (d) of the Agreement for cooperation is given in advance by this Additional Protocol for processing and alteration in form or content in facilities of the Swiss nuclear fuel cycle programme delineated and recorded in a list agreed upon by the Contracting Parties, on the understanding that the Government of Sweden will be kept informed of each future disposition of the material concerned, as it takes place.

Article II

If safeguards according to the agreement between a Contracting Party and the Agency for the application of safeguards in connection with the Treaty are no longer administered the provisions of Article V of the Agreement for cooperation shall be applicable.

Article III

The "Federal Institute for Reactor Research" and "Aktiebolaget Atomenergi" referred to in Article VI (h) of the Agreement for

cooperation are now called "Paul Scherrer Institute" and "Studsvik AB" respectively.

Article IV

1. For the purpose of facilitating the application of the Agreement for Cooperation and of this Additional Protocol the Contracting Parties shall exchange relevant information concerning identified material.

2. The procedures for the exchange of information referred to in paragraph 1 of this article will be defined in an Administrative Arrangement to be agreed upon and administered by the Federal Office of Energy, for the Government of Switzerland, and by the Swedish Nuclear Power Inspectorate, for the Government of Sweden.

Article V

This Additional Protocol shall enter into force on the date on which each Contracting Party has received from the other Contracting Party written notification that it has complied with all statutory and constitutional requirements for the entry into force of this Additional Protocol and shall remain in force for the duration of the Agreement for cooperation.

Article VI

Notwithstanding a termination of the Agreement for cooperation and of this Additional Protocol the Contracting Parties shall remain under the obligations of the Agreement for cooperation and of this Additional Protocol in respect of items referred to in Article IV of the Agreement for cooperation from the point of view of safeguards in accordance with Article V of the Agreement for cooperation and Article II of this Additional Protocol.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, duly authorized, have signed this Protocol.

DONE at Stockholm in duplicate, in the English language, this 25th day of April 1990.

For the Government
of Sweden:

[Signed]

HANS LINTON

For the Government
of Switzerland:

[Signed]

ALFRED RÜEGG

N° 14026. ACCORD DE COOPÉRATION ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA SUÈDE ET LE GOUVERNEMENT DE LA CONFÉDÉRATION SUISSE POUR L'UTILISATION DE L'ÉNERGIE ATOMIQUE À DES FINS PACIFIQUES. SIGNÉ À BERNE LE 14 FÉVRIER 1968¹

PROTOCOLE ADDITIONNEL² À L'ACCORD SUSMENTIONNÉ, SIGNÉ À STOCKHOLM LE 25 AVRIL 1990

Texte authentique : anglais.

Enregistré par la Suède le 5 novembre 1991.

[TRADUCTION — TRANSLATION]

Le Gouvernement de la Suède et le Gouvernement de la Suisse,

Considérant leur coopération étroite à la recherche, à l'utilisation et au contrôle des utilisations pacifiques de l'énergie atomique, conformément à l'Accord de coopération entre le Gouvernement de la Suisse et le Gouvernement de la Suède pour l'utilisation de l'énergie atomique à des fins pacifiques, signé à Berne le 14 février 1968¹ (ci-après dénommé l'« Accord de coopération »),

Désireux de continuer et d'étendre leur coopération dans ce domaine,

Sachant que la Suisse et la Suède sont toutes deux parties au Traité de non-prolifération des armes nucléaires en date du 1^{er} juillet 1968³ (ci-après dénommé le « Traité »),

Conscients que la Suisse et la Suède ont conclu avec l'Agence internationale de l'énergie atomique (ci-après dénommée l'« Agence ») des accords en vue de l'application des sauvegardes en relation avec le Traité⁴,

Sachant que la Suisse et la Suède sont parties à la Convention du 26 octobre 1979 sur la protection matérielle des matières nucléaires⁵ (ci-après dénommé la « Convention »),

Reconnaissant que la Suisse comme la Suède ont décidé que, en matière d'exportation de matières, de matériel ou de technologies nucléaires, elles agiraient conformément aux principes des « Directives relatives aux transferts d'articles nucléaires » publiés en annexe au document INF/CIRC/254 de l'Agence,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

1) Le consentement écrit préalable imposé par l'article IV.2 *b*, ii, de l'Accord de coopération est donné par avance, en vertu du présent Protocole additionnel, pour le transfert aux établissements du programme suisse du cycle du combustible nucléaire des matières identifiées définies et incluses dans une liste concertée par les Parties contractantes.

2) L'autorisation écrite imposée par l'article IV.2 *d*, de l'Accord de coopération est donnée par avance, en vertu du présent Protocole additionnel, pour le traitement et l'altération quant à la forme ou au contenu, dans des établissements du programme suisse du cycle du combustible nucléaire des matières définies et incluses dans une liste concertée par les

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 969, p. 203.

² Entré en vigueur le 25 avril 1990, date de réception des notifications par lesquelles les Parties contractantes s'étaient informées de l'accomplissement de leurs formalités statutaires et constitutionnelles respectives, conformément à l'article V.

³ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 729, p. 161.

⁴ *Ibid.*, vol. 1022, p. 3, et vol. 1162, p. 377.

⁵ *Ibid.*, vol. 1456, n° I-24631.

Parties contractantes, étant entendu que le Gouvernement suédois sera tenu informé, au fur et à mesure, de toute destination ultérieure des matières en question.

Article II

Si les garanties établies conformément à l'accord conclu entre une Partie contractante et l'Agence concernant l'application de garanties en relation avec le Traité ne sont plus appliquées, les dispositions de l'article V de l'Accord de coopération deviendront applicables.

Article III

L'« Institut fédéral de recherches en matières de réacteurs » et l'« Aktiebolaget Atomenergi » désignés à l'Article VI *h*, de l'Accord de coopération, portent désormais respectivement les noms de « Institut Paul Scherrer » et « Studsvik AB ».

Article IV

1) Afin de faciliter l'application de l'Accord de coopération et du présent Protocole additionnel, les Parties contractantes se communiqueront les informations voulues concernant les matières identifiées.

2) Les formalités de l'échange d'information visé au paragraphe 1 du présent article seront définies dans une convention administrative concertée et administrée par l'Office fédéral de l'énergie pour le Gouvernement de la Suisse et par l'Inspection suédoise de l'énergie nucléaire pour le Gouvernement de la Suède.

Article V

Le présent Protocole additionnel entrera en vigueur à la date où chacune des Parties contractantes aura reçu de l'autre une notification écrite de l'accomplissement de toutes les formalités statutaires et constitutionnelles nécessaires pour l'entrée en vigueur dudit Protocole, et demeurera en vigueur pour toute la durée de l'Accord de coopération.

Article VI

Même en cas d'expiration de l'Accord de coopération et du présent Protocole additionnel, les Parties contractantes demeureront tenues par les obligations inscrites dans l'Accord de coopération et dans le présent Protocole additionnel en ce qui concerne les fournitures visées à l'article IV de l'Accord de coopération pour ce qui est des garanties exigées par l'article V de l'Accord de coopération et l'article II du présent Protocole additionnel.

EN FOI DE QUOI, les soussignés, dûment habilités, ont signé le présent Protocole.

FAIT le 25 avril 1990 à Stockholm, en double exemplaire en langue anglaise.

Pour le Gouvernement
de la Suède :

[Signé]

HANS LINTON

Pour le Gouvernement
la Suisse :

[Signé]

ALFRED RÜEGG

No. 14531. INTERNATIONAL COVENANT ON ECONOMIC, SOCIAL AND CULTURAL RIGHTS. ADOPTED BY THE GENERAL ASSEMBLY OF THE UNITED NATIONS ON 16 DECEMBER 1966¹

N° 14531. PACTE INTERNATIONAL RELATIF AUX DROITS ÉCONOMIQUES, SOCIAUX ET CULTURELS. ADOPTÉ PAR L'ASSEMBLÉE GÉNÉRALE DES NATIONS UNIES LE 16 DÉCEMBRE 1966¹

ACCESSION

Instrument deposited on:

20 November 1991

LITHUANIA

(With effect from 20 February 1992.)

Registered ex officio on 20 November 1991.

ADHÉSION

Instrument déposé le :

20 novembre 1991

LITUANIE

(Avec effet au 20 février 1992.)

Enregistré d'office le 20 novembre 1991.

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 993, p. 3; for subsequent actions, see references in Cumulative Index No. 18, as well as annex A in volumes 1103, 1106, 1120, 1132, 1136, 1138, 1144, 1151, 1161, 1181, 1197, 1202, 1203, 1207, 1211, 1213, 1214, 1216, 1218, 1225, 1249, 1256, 1259, 1271, 1286, 1289, 1299, 1312, 1329, 1333, 1334, 1354, 1357, 1360, 1390, 1397, 1409, 1421, 1422, 1434, 1455, 1482, 1490, 1505, 1545, 1551, 1556, 1563, 1564, 1578, 1580, 1598, 1607, 1649, 1651 and 1653.

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 993, p. 3; pour les faits ultérieurs, voir les références données dans l'Index cumulatif n° 18, ainsi que l'annexe A des volumes 1103, 1106, 1120, 1132, 1136, 1138, 1144, 1151, 1161, 1181, 1197, 1202, 1203, 1207, 1211, 1213, 1214, 1216, 1218, 1225, 1249, 1256, 1259, 1271, 1286, 1289, 1299, 1312, 1329, 1333, 1334, 1354, 1357, 1360, 1390, 1397, 1409, 1421, 1422, 1434, 1455, 1482, 1490, 1505, 1545, 1551, 1556, 1563, 1564, 1578, 1580, 1598, 1607, 1649, 1651 et 1653.

No. 14668. INTERNATIONAL COVENANT ON CIVIL AND POLITICAL RIGHTS. ADOPTED BY THE GENERAL ASSEMBLY OF THE UNITED NATIONS ON 16 DECEMBER 1966¹

Nº 14668. PACTE INTERNATIONAL RELATIF AUX DROITS CIVILS ET POLITIQUES. ADOPTÉ PAR L'ASSEMBLÉE GÉNÉRALE DES NATIONS UNIES LE 16 DÉCEMBRE 1966¹

ACCESSION to the Optional Protocol of 16 December 1966² to the above-mentioned Covenant

Instrument deposited on:

7 November 1991

POLAND

(With effect from 7 February 1992.)

With the following reservation:

ADHÉSION au Protocole facultatif du 16 décembre 1966² se rapportant au Pacte susmentionné

Instrument déposé le :

7 novembre 1991

POLOGNE

(Avec effet au 7 février 1992.)

Avec la réserve suivante :

[POLISH TEXT — TEXTE POLONAIS]

"Rzeczpospolita Polska postanawia przystąpić do powyższego Protokołu z zastrzeżeniem wyłączającym postępowanie przewidziane w jego artykule 5 ustęp 2 a), jeżeli sprawa była już rozpatrywana w ramach innej procedury międzynarodowej"

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 999, p. 171; vol. 1057, p. 407 (rectification of authentic Spanish text); and vol. 1059, p. 451 (corrigendum to vol. 999); for subsequent actions, see references in Cumulative Indexes Nos. 17 and 18, as well as annex A in volumes 1103, 1106, 1120, 1130, 1131, 1132, 1136, 1138, 1141, 1144, 1147, 1150, 1151, 1161, 1181, 1195, 1197, 1199, 1202, 1203, 1205, 1207, 1211, 1213, 1214, 1216, 1218, 1222, 1225, 1249, 1256, 1259, 1261, 1272, 1275, 1276, 1279, 1286, 1289, 1291, 1295, 1296, 1299, 1305, 1308, 1312, 1314, 1316, 1324, 1328, 1329, 1333, 1334, 1338, 1339, 1344, 1347, 1348, 1349, 1351, 1352, 1354, 1356, 1357, 1358, 1360, 1365, 1379, 1387, 1389, 1390, 1392, 1393, 1399, 1403, 1404, 1408, 1409, 1410, 1413, 1417, 1419, 1421, 1422, 1424, 1427, 1429, 1434, 1435, 1436, 1437, 1438, 1439, 1441, 1443, 1444, 1455, 1457, 1458, 1462, 1463, 1464, 1465, 1475, 1477, 1478, 1480, 1482, 1484, 1485, 1487, 1488, 1490, 1491, 1492, 1495, 1498, 1499, 1501, 1502, 1505, 1506, 1508, 1510, 1512, 1513, 1515, 1520, 1522, 1525, 1527, 1530, 1533, 1534, 1535, 1540, 1543, 1545, 1548, 1551, 1555, 1556, 1557, 1562, 1563, 1564, 1567, 1570, 1577, 1578, 1579, 1580, 1582, 1593, 1598, 1607, 1637, 1639, 1642, 1643, 1647, 1649, 1650, 1651 and 1653.

² *Ibid.*, vol. 999, p. 171 and vol. 1059, p. 451 (corrigendum to vol. 999).

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 999, p. 171; vol. 1057, p. 407 (rectification du texte authentique espagnol); et vol. 1059, p. 451 (rectificatif au vol. 999); pour les faits ultérieurs, voir les références données dans les Index cumulatifs nos 17 et 18, ainsi que l'annexe A des volumes 1103, 1106, 1120, 1130, 1131, 1132, 1136, 1138, 1141, 1144, 1147, 1150, 1151, 1161, 1181, 1195, 1197, 1199, 1202, 1203, 1205, 1207, 1211, 1213, 1214, 1216, 1218, 1222, 1225, 1249, 1256, 1259, 1261, 1272, 1275, 1276, 1279, 1286, 1289, 1291, 1295, 1296, 1299, 1305, 1308, 1312, 1314, 1316, 1324, 1328, 1329, 1333, 1334, 1338, 1339, 1344, 1347, 1348, 1349, 1351, 1352, 1354, 1356, 1357, 1358, 1360, 1365, 1379, 1387, 1389, 1390, 1392, 1393, 1399, 1403, 1404, 1408, 1409, 1410, 1413, 1417, 1419, 1421, 1422, 1424, 1427, 1429, 1434, 1435, 1436, 1437, 1438, 1439, 1441, 1443, 1444, 1455, 1457, 1458, 1462, 1463, 1464, 1465, 1475, 1477, 1478, 1480, 1482, 1484, 1485, 1487, 1488, 1490, 1491, 1492, 1495, 1498, 1499, 1501, 1502, 1505, 1506, 1508, 1510, 1512, 1513, 1515, 1520, 1522, 1525, 1527, 1530, 1533, 1534, 1535, 1540, 1543, 1545, 1548, 1551, 1555, 1556, 1557, 1562, 1563, 1564, 1567, 1570, 1577, 1578, 1579, 1580, 1582, 1593, 1598, 1607, 1637, 1639, 1642, 1643, 1647, 1649, 1650, 1651 et 1653.

² *Ibid.*, vol. 999, p. 171 et vol. 1059, p. 451 (rectificatif au vol. 999).

[TRANSLATION]

The Republic of Poland decides to accede to the aforementioned Protocol while making a reservation that would exclude the procedure set out in article 5, paragraph 2 (a), in cases where the matter has already been examined under another international procedure of international investigation or settlement.

Registered ex officio on 7 November 1991.

ACCESSION to the International Covenant on Civil and Political Rights and to its Optional Protocol of 16 December 1966¹

Instruments deposited on:

20 November 1991

LITHUANIA

(With effect from 20 February 1992.)

Registered ex officio on 20 November 1991.

[TRADUCTION]

La République de Pologne décide d'adhérer audit Protocole, en formulant la réserve qui excluera la procédure prévue dans son article 5, paragraphe 2 a, si la question a été déjà examinée devant une autre instance internationale d'enquête ou de règlement.

Enregistré d'office le 7 novembre 1991.

ADHÉSION au Pacte international relatif aux droits civils et politiques et à son protocole facultatif du 16 décembre 1966¹

Instruments déposés le :

20 novembre 1991

LITUANIE

(Avec effet au 20 février 1992.)

Enregistré d'office le 20 novembre 1991.

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 999, p. 171, and vol. 1059, p. 451 (corrigendum to vol. 999).

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 999, p. 171, et vol. 1059, p. 451 (rectificatif au vol. 999).

No. 17512. PROTOCOL ADDITIONAL TO THE GENEVA CONVENTIONS OF 12 AUGUST 1949, AND RELATING TO THE PROTECTION OF VICTIMS OF INTERNATIONAL ARMED CONFLICTS (PROTOCOL I). ADOPTED AT GENEVA ON 8 JUNE 1977¹

Nº 17512. PROTOCOLE ADDITIONNEL AUX CONVENTIONS DE GENÈVE DU 12 AOÛT 1949 RELATIF À LA PROTECTION DES VICTIMES DES CONFLITS ARMÉS INTERNATIONAUX (PROTOCOLE I). ADOPTÉ À GENÈVE LE 8 JUIN 1977¹

ACCESSIONS

Instruments deposited with the Government of Switzerland on:

3 September 1991

MALDIVES

(With effect from 3 March 1992.)

7 October 1991

MALAWI

(With effect from 7 April 1992.)

14 October 1991

BRUNEI DARUSSALAM

(With effect from 14 April 1992.)

ADHÉSIONS

Instruments déposés auprès du Gouvernement suisse le :

3 septembre 1991

MALDIVES

(Avec effet au 3 mars 1992.)

7 octobre 1991

MALAWI

(Avec effet au 7 avril 1992.)

14 octobre 1991

BRUNÉI DARUSSALAM

(Avec effet au 14 avril 1992.)

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 1125, p. 3, and annex A in volumes 1138, 1140, 1151, 1175, 1202, 1216, 1226, 1256, 1271, 1283, 1289, 1300, 1314, 1339, 1344, 1356, 1360, 1372, 1390, 1404, 1419, 1425, 1435, 1444, 1457, 1477, 1487, 1499, 1513, 1522, 1527, 1537, 1552, 1567, 1591, 1607 and 1642.

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1125, p. 3, et annexe A des volumes 1138, 1140, 1151, 1175, 1202, 1216, 1226, 1256, 1271, 1283, 1289, 1300, 1314, 1339, 1344, 1356, 1360, 1372, 1390, 1404, 1419, 1425, 1435, 1444, 1457, 1477, 1487, 1499, 1513, 1522, 1527, 1537, 1552, 1567, 1591, 1607 et 1642.

RECOGNITION of the jurisdiction of the Commission established under article 90

Declaration effected with the Government of Switzerland on:

23 September 1991

HUNGARY

The declaration reads as follows:

“The Republic of Hungary recognizes *ipso facto* and without special agreement, in relation to any other High Contracting Party accepting the same obligation, the competence of the International Fact-Finding Commission established in accordance with the provisions of Article 90 of the Protocol Additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949 relating to victims of international armed conflicts (Protocol I) to enquire into allegations by such other Party, as authorized by this Article.”

Certified statements were registered by Switzerland on 5 November 1991.

RECONNAISSANCE de la compétence de la Commission instituée aux termes de l'article 90

Déclaration effectuée auprès du Gouvernement suisse le :

23 septembre 1991

HONGRIE

La déclaration est libellée comme suit :

[TRADUCTION — TRANSLATION]

La République de Hongrie reconnaît de plein droit et sans accord spécial, à l'égard de toute autre Haute Partie contractante qui accepte la même obligation, la compétence de la Commission internationale d'établissement des faits, constituée conformément aux dispositions de l'article 90 du Procotole additionnel aux Conventions de Genève du 12 août 1949, relatif aux victimes des conflits armés internationaux (Protocole I), pour enquêter sur les allégations d'une telle autre Partie, comme l'y autorise ledit article.

Les déclarations certifiées ont été enregistrées par la Suisse le 5 novembre 1991.

No. 17513. PROTOCOL ADDITIONAL TO THE GENEVA CONVENTIONS OF 12 AUGUST 1949, AND RELATING TO THE PROTECTION OF VICTIMS OF NON-INTERNATIONAL ARMED CONFLICTS (PROTOCOL II). ADOPTED AT GENEVA ON 8 JUNE 1977¹

N° 17513. PROTOCOLE ADDITIONNEL AUX CONVENTIONS DE GENÈVE DU 12 AOÛT 1949 RELATIF À LA PROTECTION DES VICTIMES DES CONFLITS ARMÉS NON INTERNATIONAUX (PROTOCOLE II). ADOPTÉ À GENÈVE LE 8 JUIN 1977¹

ACCESSIONS

Instruments deposited with the Government of Switzerland on:

3 September 1991

MALDIVES

(With effect from 3 March 1992.)

7 October 1991

MALAWI

(With effect from 7 April 1992.)

14 October 1991

BRUNEI DARUSSALAM

(With effect from 14 April 1992.)

Certified statements were registered by Switzerland on 5 November 1991.

ADHÉSIONS

Instruments déposés auprès du Gouvernement suisse le :

3 septembre 1991

MALDIVES

(Avec effet au 3 mars 1992.)

7 octobre 1991

MALAWI

(Avec effet au 7 avril 1992.)

14 octobre 1991

BRUNÉI DARUSSALAM

(Avec effet au 14 avril 1992.)

Les déclarations certifiées ont été enregistrées par la Suisse le 5 novembre 1991.

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 1125, p. 609, and annex A in volumes 1138, 1140, 1151, 1175, 1202, 1216, 1271, 1283, 1289, 1300, 1314, 1339, 1344, 1356, 1360, 1372, 1390, 1404, 1419, 1425, 1435, 1444, 1457, 1477, 1487, 1499, 1513, 1522, 1527, 1537, 1552, 1567, 1591, 1607 and 1642.

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1125, p. 609, et annexe A des volumes 1138, 1140, 1151, 1175, 1202, 1216, 1271, 1283, 1289, 1300, 1314, 1339, 1344, 1356, 1360, 1372, 1390, 1404, 1419, 1425, 1435, 1444, 1457, 1477, 1487, 1499, 1513, 1522, 1527, 1537, 1552, 1567, 1591, 1607 et 1642.

No. 20764. CONVENTION ON TECHNICAL COOPERATION BETWEEN THE FRENCH REPUBLIC AND THE REPUBLIC OF MALI FOR THE TRAINING OF PERSONNEL OF THE MALIAN MILITARY ADMINISTRATIVE SERVICES. SIGNED AT BAMAKO ON 14 OCTOBER 1977¹

N° 20764. CONVENTION DE COOPÉRATION TECHNIQUE EN MATIÈRE DE FORMATION DU PERSONNEL DE L'ADMINISTRATION MILITAIRE MALIENNE ENTRE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE ET LA RÉPUBLIQUE DU MALI. SIGNÉE À BAMAKO LE 14 OCTOBRE 1977¹

TERMINATION (*Note by the Secretariat*)

The Government of France registered on 1 November 1991 the Agreement on military technical co-operation between the Government of the French Republic and the Government of the Republic of Mali signed at Bamako on 6 May 1985.²

The said Agreement, which came into force on 30 September 1990, provides, in its article 15, for the termination of the above-mentioned Convention of 14 October 1977.

(1 November 1991)

ABROGATION (*Note du Secrétariat*)

Le Gouvernement français a enregistré le 1^{er} novembre 1991 l'Accord de coopération militaire technique entre le Gouvernement de la République française et le Gouvernement de la République du Mali signé à Bamako le 6 mai 1985².

Ledit Accord, qui est entré en vigueur le 30 septembre 1990, stipule à son article 15 l'abrogation de la Convention susmentionnée du 14 octobre 1977.

(1^{er} novembre 1991)

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 1263, p. 283.

² See p. 39 of this volume.

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1263, p. 283.

² Voir p. 39 du présent volume.

No. 21618. EUROPEAN AGREEMENT
ON MAIN INTERNATIONAL TRAF-
FIC ARTERIES (AGR). CONCLUDED
AT GENEVA ON 15 NOVEMBER 1975¹

Nº 21618. ACCORD EUROPÉEN SUR
LES GRANDES ROUTES DE TRAFIC
INTERNATIONAL (AGR). CONCLU A
GENÈVE LE 15 NOVEMBRE 1975¹

ACCESSION

Instrument deposited on:

19 November 1991

FINLAND

(With effect from 17 February 1992.)

Registered ex officio on 19 November 1991.

ADHÉSION

Instrument déposé le :

19 novembre 1991

FINLANDE

(Avec effet au 17 février 1992.)

Enregistré d'office le 19 novembre 1991.

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 1302, p. 91, and annex A in volumes 1303, 1306, 1364, 1365, 1380, 1388, 1394, 1402, 1412, 1436, 1439, 1442, 1485, 1511, 1515, 1537, 1539, 1556, 1590, 1591 and 1607.

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1302, p. 91, et annexe A des volumes 1303, 1306, 1364, 1365, 1380, 1388, 1394, 1402, 1412, 1436, 1439, 1442, 1485, 1511, 1515, 1537, 1539, 1556, 1590, 1591 et 1607.

No. 22376. INTERNATIONAL COFFEE AGREEMENT, 1983. ADOPTED BY THE INTERNATIONAL COFFEE COUNCIL ON 16 SEPTEMBER 1982¹

N° 22376. ACCORD INTERNATIONAL DE 1983 SUR LE CAFÉ. ADOPTÉ PAR LE CONSEIL INTERNATIONAL DU CAFÉ LE 16 SEPTEMBRE 1982¹

ACCEPTANCE of the above-mentioned Agreement, as further extended by the International Coffee Council by Resolution No. 352 of 28 September 1990²

Instrument deposited on:

7 November 1991

UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN
AND NORTHERN IRELAND

(In respect of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, St. Helena, the Bailiwick of Jersey and the Bailiwick of Guernsey. With effect from 7 November 1991.)

Registered ex officio on 7 November 1991.

ACCEPTATION de l'Accord susmentionné, tel que prorogé à nouveau par le Conseil international du café par sa Résolution n° 352 du 28 septembre 1990²

Notification reçue le :

7 novembre 1991

ROYAUME-UNI DE GRANDE-BRETAGNE
ET D'IRLANDE DU NORD

(A l'égard du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord, de Sainte-Hélène, du bailliage de Jersey et du bailliage de Guernesey. Avec effet au 7 novembre 1991.)

Enregistré d'office le 7 novembre 1991.

ACCESSION to the above-mentioned Agreement, as further extended by the International Coffee Council by Resolution No. 352 of 28 September 1990²

Instrument deposited on:

15 November 1991

SINGAPORE

(With retroactive effect from 1 October 1991.)

Registered ex officio on 15 November 1991.

ADHÉSION à l'Accord susmentionné, tel que prorogé à nouveau par le Conseil international du café par sa Résolution n° 352 du 28 septembre 1990²

Instrument déposé le :

15 novembre 1991

SINGAPOUR

(Avec effet rétroactif au 1^{er} octobre 1991.)

Enregistré d'office le 15 novembre 1991.

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 1333, p. 119, and annex A in volumes 1334, 1338, 1342, 1344, 1345, 1346, 1347, 1348, 1349, 1350, 1351, 1352, 1356, 1358, 1359, 1363, 1367, 1372, 1379, 1380, 1388, 1390, 1393, 1406, 1410, 1423, 1436, 1466, 1482, 1522, 1546, 1547, 1548, 1549, 1550, 1560, 1562, 1567, 1569, 1571, 1573, 1579, 1589, 1590, 1601, 1651, 1652 and 1653.

² *Ibid.*, vol. 1651, No. A-22376.

Vol. 1654, A-22376

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1333, p. 119, et annexe A des volumes 1334, 1338, 1342, 1344, 1345, 1346, 1347, 1348, 1349, 1350, 1351, 1352, 1356, 1358, 1359, 1363, 1367, 1372, 1379, 1380, 1388, 1390, 1393, 1406, 1410, 1423, 1436, 1466, 1482, 1522, 1546, 1547, 1548, 1549, 1550, 1560, 1562, 1567, 1569, 1571, 1573, 1579, 1589, 1590, 1601, 1651, 1652 et 1653.

² *Ibid.*, vol. 1651, n° A-22376.

No. 22514. CONVENTION ON THE CIVIL ASPECTS OF INTERNATIONAL CHILD ABDUCTION. CONCLUDED AT THE HAGUE ON 25 OCTOBER 1980¹

N° 22514. CONVENTION SUR LES ASPECTS CIVILS DE L'ENLÈVEMENT INTERNATIONAL D'ENFANTS. CONCLUE À LA HAYE LE 25 OCTOBRE 1980¹

ACCEPTANCE of the accession of Hungary²

Notification received by the Government of the Netherlands on:

24 September 1991

NEW ZEALAND

(The Convention will enter into force between New Zealand and Hungary on 1 December 1991.)

ACCEPTATION de l'adhésion de la Hongrie²

Notification reçue par le Gouvernement néerlandais le :

24 septembre 1991

NOUVELLE-ZÉLANDE

(La Convention entrera en vigueur entre la Nouvelle-Zélande et la Hongrie le 1^{er} décembre 1991.)

ACCEPTANCES of the accession of Mexico³

Notifications received by the Government of the Netherlands on:

24 September 1991

NEW ZEALAND

(The Convention will enter into force between New Zealand and Mexico on 1 December 1991.)

ACCEPTATIONS de l'adhésion du Mexique³

Notifications reçues par le Gouvernement néerlandais le :

24 septembre 1991

NOUVELLE-ZÉLANDE

(La Convention entrera en vigueur entre la Nouvelle-Zélande et le Mexique le 1^{er} décembre 1991.)

7 October 1991

FRANCE

(The Convention will enter into force between France and Mexico on 1 January 1992.)

7 octobre 1991

FRANCE

(La Convention entrera en vigueur entre la France et le Mexique le 1^{er} janvier 1992.)

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 1343, p. 89, and annex A in volumes 1352, 1363, 1380, 1387, 1422, 1424, 1427, 1436, 1439, 1442, 1444, 1455, 1463, 1504, 1510, 1523, 1529, 1541, 1543, 1548, 1562, 1567, 1580, 1593, 1606, 1637, 1639, 1642, 1649 and 1653.

² *Ibid.*, vol. 1424, No. A-22514.

³ *Ibid.*, vol. 1642, No. A-22514.

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1343, p. 89, et annexe A des volumes 1352, 1363, 1380, 1387, 1422, 1424, 1427, 1436, 1439, 1442, 1444, 1455, 1463, 1504, 1510, 1523, 1529, 1541, 1543, 1548, 1562, 1567, 1580, 1593, 1606, 1637, 1639, 1642, 1649 et 1653.

² *Ibid.*, vol. 1424, n° A-22514.

³ *Ibid.*, vol. 1642, n° A-22514.

ACCEPTANCES of the accession of Belize¹*Notifications received by the Government of the Netherlands on:*

24 September 1991

NEW ZEALAND

(The Convention will enter into force between New Zealand and Belize on 1 December 1992.)

7 October 1991

FRANCE

(The Convention will enter into force between France and Belize on 1 January 1992.)

ACCEPTANCE of the accession of New Zealand²*Notification received by the Government of the Netherlands on:*

7 October 1991

FRANCE

(The Convention will enter into force between France and New Zealand on 1 January 1992.)

RATIFICATION

Instrument deposited with the Government of the Netherlands on:

27 September 1991

YUGOSLAVIA

(With effect from 1 December 1991.)

*Certified statements were registered by the Netherlands on 18 November 1991.*ACCEPTATIONS de l'adhésion du Belize¹*Notifications reçues par le Gouvernement néerlandais le :*

24 septembre 1991

NOUVELLE-ZÉLANDE

(La Convention entrera en vigueur entre la Nouvelle-Zélande et le Belize le 1^{er} décembre 1991.)

7 octobre 1991

FRANCE

(La Convention entrera en vigueur entre la France et le Belize le 1^{er} janvier 1992.)

ACCEPTATION de l'adhésion de la Nouvelle-Zélande²*Notification reçue par le Gouvernement néerlandais le :*

7 octobre 1991

FRANCE

(La Convention entrera en vigueur entre la France et la Nouvelle-Zélande le 1^{er} janvier 1992.)

RATIFICATION

Instrument déposé auprès du Gouvernement néerlandais le :

27 septembre 1991

YUGOSLAVIE

(Avec effet au 1^{er} décembre 1991.)

*Les déclarations certifiées ont été enregistrées par les Pays-Bas le 18 novembre 1991.*¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 1541, No. A-22514.² *Ibid.*, vol. 1639, No. A-22514.

Vol. 1654, A-22514

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1541, n° A-22514.² *Ibid.*, vol. 1639, n° A-22514.

No. 22732. AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF SWEDEN AND THE GOVERNMENT OF AUSTRALIA ON CONDITIONS AND CONTROLS FOR NUCLEAR TRANSFER FOR PEACEFUL PURPOSES BETWEEN SWEDEN AND AUSTRALIA. SIGNED AT CANBERRA ON 18 MARCH 1981¹

EXCHANGE OF LETTERS CONSTITUTING AN AGREEMENT² RELATING TO THE ABOVE-MENTIONED AGREEMENT. CANBERRA, 18 MARCH 1991

Authentic text: English.

Registered by Sweden on 5 November 1991.

I

MINISTER FOR FOREIGN AFFAIRS
CANBERRA

18 March 1981

My dear Ambassador,

In the negotiations between Australia and Sweden on an agreement on conditions and controls for nuclear transfers for peaceful purposes, Australian and Swedish officials discussed the arrangements that would apply in accordance with the Agreement to transfers to third countries for conversion, enrichment below 20 per cent, fuel fabrication, reprocessing and storage of Australian origin nuclear material subject to the Agreement (hereinafter referred to as "AONMSA").

The Swedish delegation described the different stages of the Swedish nuclear fuel cycle through which AONMSA would pass. As Sweden does not have enrichment and reprocessing facilities, these activities would have to take place outside Sweden. Although Sweden does have conversion and fuel fabrication

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 1350, p. 221.

² Came into force on 22 May 1981, the date of entry into force of the above-mentioned Agreement.

facilities, it may need to utilise such facilities outside Sweden.

The Australian delegation affirmed the principle that conversion, enrichment below 20 per cent, fuel fabrication, reprocessing and storage of AONMSA could take place in third countries where the nuclear material concerned would be covered by a nuclear safeguards agreement (or agreements) in force to which the Australian Government was a party and which the Australian Government advised to be a satisfactory basis for shipments.

The Australian delegation noted that conversion, enrichment below 20 per cent, fuel fabrication and reprocessing of AONMSA could take place, in accordance with the Agreement, in third countries where the nuclear material would not be covered by a nuclear safeguards agreement (or agreements) in force to which the Australian Government was a party. In such cases it would be necessary to ensure the return to Sweden, or to another country where the nuclear material would be covered by a nuclear safeguards agreement (or agreements) to which the Australian Government was a party and which the Australian Government advised to be a satisfactory basis for shipment, of quantities of nuclear material equivalent to the supplied nuclear material.

In connection with the two principles enunciated in the above two paragraphs, the Australian delegation confirmed that transfers of nuclear material to third countries can

take place within the nuclear fuel cycle program referred to in Annex B to the Agreement in accordance with the notification procedures set out in the Administrative Arrangement.

Australian and Swedish officials also discussed the arrangements that would apply in accordance with the Agreement to transfers to third countries for end-use of AONMSA processed in Sweden.

The Australian delegation affirmed the principle that transfers for end-use of AONMSA processed in Sweden could take place to third countries where the nuclear material concerned would be covered by a nuclear safeguards agreement (or agreements) in force to which the Australian Government was a party and which the Australian Government advised to be a satisfactory basis for shipments.

Yours sincerely,

[Signed]
A. STREET

II

SWEDISH EMBASSY

Canberra, 18 March 1981

CH049581/2

My dear Minister,

I acknowledge receipt of your letter of 18 March, 1981, concerning certain questions with regard to the Agreement between the Governments of Sweden and Australia concerning the transfer of nuclear material between the two countries signed at Canberra today. The letter reads as follows:

[See letter I]

Yours sincerely,

[Signed]

LARS HEDSTRÖM
Ambassador

The Hon. A. A. Street, M.P.
Minister for Foreign Affairs
Canberra, A.C.T.

TERMINATION of the Exchange of letters of 18 March 1981 relating to the Agreement of 18 March 1981 between the Government of Sweden and the Government of Australia on conditions and controls for nuclear transfers for peaceful purposes between Sweden and Australia¹ (*Note by the Secretariat*)

The Exchange of letters of 18 March 1981 relating to the above-mentioned Agreement ceased to have effect on 15 January 1991, the date of entry into force of the Exchange of notes constituting an agreement between Sweden and Australia concerning arrangements applying to certain nuclear transfers between Sweden and third countries dated at Stockholm on 15 January 1991,² in accordance with the provisions of the said notes.

(5 November 1991)

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 1350, p. 221.

² *Ibid.*, vol. 1642, No. 1-28222.

[TRADUCTION — TRANSLATION]

N° 22732. ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT SUÉDOIS ET LE GOUVERNEMENT AUSTRALIEN RELATIF AUX CONDITIONS ET AUX CONTRÔLES DES TRANSFERTS NUCLÉAIRES À DES FINS PACIFIQUES ENTRE LA SUÈDE ET L'AUSTRALIE. SIGNÉ À CANBERRA LE 18 MARS 1981¹

ECHANGE DE LETTRES CONSTITUANT UN ACCORD² RELATIF À L'ACCORD SUSMENTIONNÉ.
CANBERRA, 18 MARS 1981

Texte authentique : anglais

Enregistré par la Suède le 5 novembre 1991.

I

MINISTRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES
CANBERRA

Le 18 mars 1981

Monsieur l'Ambassadeur,

Au cours des négociations entre l'Australie et la Suède relatives à un accord sur les conditions et contrôles applicables aux transferts nucléaires à des fins pacifiques, des fonctionnaires australiens et suédois ont discuté des arrangements qui régiraient, dans le cadre de l'Accord, les transferts à des pays tiers, à des fins de conversion, d'enrichissement à moins de 20 pour cent, de fabrication de combustible, de retraitement et d'emmagasinage, de matières nucléaires d'origine australienne assujetties à l'Accord (ci-après désignées par le sigle « AONMSA »).

La délégation suédoise a décrit les divers stades du cycle du combustible nucléaire suédois par lesquels passerait AONMSA. Etant donné que la Suède ne possède pas d'installations d'enrichissement et de retraitement, ces activités devraient être menées dans d'autres pays. Bien que la Suède possède des installations de conversion et de fabrication du combustible, elle pourrait devoir utiliser des installations de ce type situées à l'étranger.

La délégation australienne a affirmé qu'en principe la conversion, l'enrichissement à moins de 20 pour cent, la fabrication de combustible, le retraitement et l'emmagasinage d'AONMSA pourraient avoir lieu dans des pays tiers où les matières nucléaires en cause seraient couvertes par un ou plusieurs accords de garanties nucléaires en vigueur auxquels le Gouvernement australien est partie et qu'il considérerait comme une base satisfaisante pour des expéditions.

La délégation australienne a noté que la conversion, l'enrichissement à moins de 20 pour cent, la fabrication du combustible et le retraitement de AONMSA pourraient avoir lieu, conformément à l'Accord, dans des pays tiers où les matières nucléaires ne seraient pas couvertes par un ou plusieurs accords de garanties nucléaires auxquels le Gouvernement australien est partie. En pareil cas, il faudrait assurer le retour en Suède, ou dans un autre pays où les matières nucléaires seraient couvertes par un ou plusieurs accords de garanties nucléaires auxquels le Gouvernement australien est partie et qu'il considérerait comme une base satisfaisante pour des expéditions, de quantités de matières nucléaires équivalant aux matières nucléaires fournies.

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1350, p. 221.

² Entré en vigueur le 22 mai 1981, date de l'entrée en vigueur de l'Accord susmentionné.

A propos des deux principes énoncés dans les deux paragraphes ci-dessus, la délégation australienne a confirmé que les transferts de matières nucléaires à des pays tiers peuvent avoir lieu dans le cadre du programme du cycle de combustible nucléaire visé à l'annexe B à l'Accord conformément aux procédures et notifications énoncées dans l'Arrangement administratif.

Des fonctionnaires australiens et suédois ont également discuté des arrangements qui, conformément à l'Accord, régiraient les transferts à des pays tiers pour utilisation finale des AONMSA traités en Suède.

La délégation australienne a affirmé qu'en principe les transferts pour utilisation finale des AONMSA traités en Suède pourraient avoir lieu à destination de pays tiers où les matières nucléaires en cause seraient couvertes par un ou plusieurs accords de garanties nucléaires en vigueur auxquels le Gouvernement australien est partie et qu'il considérerait comme une base satisfaisante pour des expéditions.

Je vous prie d'agréez,

[Signé]

A. STREET

II

AMBASSADE DE SUÈDE

Canberra, le 18 mars 1981

CH049581/2

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur d'accuser réception de votre lettre du 18 mars 1981 qui a trait à certaines questions intéressant l'Accord entre les Gouvernements suédois et australien relatif aux transferts de matières nucléaires entre les deux pays, signé à Canberra ce jour. Cette lettre se lit comme suit :

[Voir lettre I]

Je vous prie d'agréer,

[Signé]

LARS HEDSTRÖM
L'Ambassadeur

Monsieur A. A. Street, M.P.
Ministre des Affaires étrangères,
Canberra, A.C.T.

ABROGATION de l'Echange de lettres du 18 mars 1981 relatif à l'Accord du 18 mars 1981 entre le Gouvernement suédois et le Gouvernement australien relatif aux conditions et aux contrôles des transferts nucléaires à des fins pacifiques entre la Suède et l'Australie¹ (*Note du Secrétariat*)

L'échange de lettres du 18 mars 1981 relatif à l'Accord susmentionné a cessé d'avoir effet le 15 janvier 1991, date de l'entrée en vigueur de l'échange de notes constituant un accord entre la Suède et l'Australie relatif aux dispositions applicables à certains transferts nucléaires entre la Suède et des Etats tiers en date à Stockholm du 15 janvier 1981², conformément aux dispositions desdites notes.

(5 novembre 1991)

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1350, p. 221.

² *Ibid.*, vol. 1642, n° I-28222.

No. 24841. CONVENTION AGAINST TORTURE AND OTHER CRUEL, INHUMAN OR DEGRADING TREATMENT OR PUNISHMENT. ADOPTED BY THE GENERAL ASSEMBLY OF THE UNITED NATIONS ON 10 DECEMBER 1984¹

N° 24841. CONVENTION CONTRE LA TORTURE ET AUTRES PEINES OU TRAITEMENTS CRUELS, INHUMAINS OU DÉGRADANTS. ADOPTÉE PAR L'ASSEMBLÉE GÉNÉRALE DES NATIONS UNIES LE 10 DÉCEMBRE 1984¹

ACCESSIONS

Instruments deposited on:

5 November 1991

YEMEN

(With effect from 5 December 1991.)

Registered ex officio on 5 November 1991.

13 November 1991

JORDAN

(With effect from 13 December 1991.)

Registered ex officio on 13 November 1991.

ADHÉSIONS

Instruments déposés le :

5 novembre 1991

YÉMEN

(Avec effet au 5 décembre 1991.)

Enregistré d'office le 5 novembre 1991.

13 novembre 1991

JORDANIE

(Avec effet au 13 décembre 1991.)

Enregistré d'office le 13 novembre 1991.

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 1465, No. I-24841, and annex A in volumes 1477, 1480, 1481, 1482, 1484, 1486, 1487, 1499, 1505, 1508, 1509, 1510, 1511, 1512, 1514, 1515, 1520, 1522, 1523, 1525, 1527, 1530, 1541, 1543, 1545, 1546, 1547, 1548, 1551, 1554, 1557, 1560, 1566, 1577, 1578, 1579, 1582, 1588, 1606, 1607, 1642, 1644, 1649, 1651 and 1653.

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1465, n° 1-24841, et annexe A des volumes 1477, 1480, 1481, 1482, 1484, 1486, 1487, 1499, 1505, 1508, 1509, 1510, 1511, 1512, 1514, 1515, 1520, 1522, 1523, 1525, 1527, 1530, 1541, 1543, 1545, 1546, 1547, 1548, 1551, 1554, 1557, 1560, 1566, 1577, 1578, 1579, 1582, 1588, 1606, 1607, 1642, 1644, 1649, 1651 et 1653.

No. 27310. AFRICAN REGIONAL CO-OPERATIVE AGREEMENT FOR RESEARCH, DEVELOPMENT AND TRAINING RELATED TO NUCLEAR SCIENCE AND TECHNOLOGY. ENDORSED BY THE IAEA BOARD OF GOVERNORS ON 21 FEBRUARY 1990¹

N° 27310. ACCORD RÉGIONAL DE COOPÉRATION POUR L'AFRIQUE SUR LA RECHERCHE, LE DÉVELOPPEMENT ET LA FORMATION DANS LE DOMAINE DE LA SCIENCE ET DE LA TECHNOLOGIE NUCLÉAIRES. APPROUVÉ PAR LE CONSEIL DES GOUVERNEURS DE L'AIEA LE 21 FÉVRIER 1990¹

ACCEPTANCE

Notification received by the Director-General of the International Atomic Energy Agency on:

28 October 1991

CAMEROON

(With effect from 28 October 1991.)

Certified statement was registered by the International Atomic Energy Agency on 11 November 1991.

ACCEPTATION

Notification reçue par le Directeur général de l'Agence internationale de l'énergie atomique le :

28 octobre 1991

CAMEROUN

(Avec effet au 28 octobre 1991.)

La déclaration certifiée a été enregistrée par l'Agence internationale de l'énergie atomique le 11 novembre 1991.

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 1566, No. I-27310, and annex A in volumes 1588, 1637 and 1641.

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1566, n° I-27310, et annexe A des volumes 1588, 1637 et 1641.

No. 27627. UNITED NATIONS CONVENTION AGAINST ILLICIT TRAFFIC IN NARCOTIC DRUGS AND PSYCHOTROPIC SUBSTANCES. CONCLUDED AT VIENNA ON 20 DECEMBER 1988¹

N° 27627. CONVENTION DES NATIONS UNIES CONTRE LE TRAFIC ILLICITE DE STUPÉFIANTS ET DE SUBSTANCES PSYCHOTROPES. CONCLUE À VIENNE LE 20 DÉCEMBRE 1988¹

OBJECTION to a declaration made by the Syrian Arab Republic upon accession²

OBJECTION à une déclaration formulée par la République arabe syrienne lors de l'adhésion²

Received on:

15 November 1991

ISRAEL

Reçue le :

15 novembre 1991

ISRAËL

[TRANSDUCTION — TRANSLATION]

"The Government of Israel has noted that the instrument of accession of the Syrian Arab Republic to the above-mentioned Convention contains a declaration with respect to Israel.

Le Gouvernement israélien a noté que l'instrument d'adhésion de la République arabe syrienne à la Convention susmentionnée contient une déclaration concernant Israël.

In the view of the Government of Israel, such a declaration, which is explicitly of a political character, is incompatible with the purposes and objectives of this Convention, and cannot in any way affect whatever obligations are binding upon the Syrian Arab Republic under general International Law or under particular Conventions.

De l'avis du Gouvernement israélien, une telle déclaration, qui est expressément de nature politique, est incompatible avec les buts et objectifs de la Convention, et ne peut d'aucune manière affecter les obligations qui ont force obligatoire pour la République arabe syrienne en vertu du droit international général ou de traités précis.

The Government of Israel will, insofar as concerns the substance of the matter, adopt towards the Syrian Arab Republic an attitude of complete reciprocity."

En ce qui concerne le fond de la question, le Gouvernement israélien adoptera envers la République arabe syrienne une attitude de complète réciprocité.

Registered ex officio on 15 November 1991.

Enregistré d'office le 15 novembre 1991.

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 1582, No. I-27627, and annex A in volumes 1587, 1588, 1589, 1590, 1593, 1597, 1598, 1606, 1639, 1641, 1642, 1649 and 1653.

² *Ibid.*, vol. 1649, No. A-27627.

Vol. 1654, A-27627

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1582, n° I-27627, et annexe A des volumes 1587, 1588, 1589, 1590, 1593, 1597, 1598, 1606, 1639, 1641, 1642, 1649 et 1653.

² *Ibid.*, vol. 1649, n° A-27627.

No. 27867. CONVENTION ON THE ACCESSION OF THE KINGDOM OF SPAIN AND THE PORTUGUESE REPUBLIC TO THE CONVENTION ON JURISDICTION AND THE ENFORCEMENT OF JUDGEMENTS IN CIVIL AND COMMERCIAL MATTERS AND TO THE PROTOCOL ON ITS INTERPRETATION BY THE COURT OF JUSTICE WITHIN THE ADJUSTMENTS MADE TO THEM BY THE CONVENTION ON THE ACCESSION OF THE KINGDOM OF DENMARK, OF IRELAND AND OF THE UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND AND THE ADJUSTMENTS MADE TO THEM BY THE CONVENTION ON THE ACCESSION OF THE HELLENIC REPUBLIC. CONCLUDED AT SAN SEBASTIAN ON 26 MAY 1989¹

N° 27867. CONVENTION RELATIVE À L'ADHÉSION DU ROYAUME D'ESPAGNE ET DE LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE À LA CONVENTION CONCERNANT LA COMPÉTENCE JUDICIAIRE ET L'EXÉCUTION DES DÉCISIONS EN MATIÈRE CIVILE ET COMMERCIALE, AINSI QU'AU PROTOCOLE CONCERNANT SON INTERPRÉTATION PAR LA COUR DE JUSTICE, AVEC LES ADAPTATIONS Y APPORTÉES PAR LA CONVENTION RELATIVE À L'ADHÉSION DU ROYAUME DU DANEMARK, DE L'IRLANDE ET DU ROYAUME-UNI DE GRANDE-BRETAGNE ET D'IRLANDE DU NORD ET LES ADAPTATIONS Y APPORTÉES PAR LA CONVENTION RELATIVE À L'ADHÉSION DE LA RÉPUBLIQUE HELLÉNIQUE. CONCLUE À SAINT-SÉBASTIEN LE 26 MAI 1989¹

RATIFICATION

Instrument deposited with the Secretary-General of the Council of the European Communities on:

13 September 1991

UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN
AND NORTHERN IRELAND

(With effect from 1 December 1991.)

Certified statement was registered by the Secretary-General of the Council of the European Communities, acting on behalf of the Parties, on 1 November 1991.

RATIFICATION

Instrument déposé auprès du Secrétaire général du Conseil des Communautés européennes le :

13 septembre 1991

ROYAUME-UNI DE GRANDE-BRETAGNE
ET D'IRLANDE DU NORD

(Avec effet au 1^{er} décembre 1991.)

La déclaration certifiée a été enregistrée par le Secrétaire général du Conseil des Communautés européennes, agissant au nom des Parties, le 1^{er} novembre 1991.

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 1592, No. 1-27867.

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1592, n° 1-27867.

No. 27874. PROTOCOL TO THE 1979 CONVENTION ON LONG-RANGE TRANSBOUNDARY AIR POLLUTION CONCERNING THE CONTROL OF EMISSIONS OF NITROGEN OXIDES OR THEIR TRANSBOUNDARY FLUXES. CONCLUDED AT SOFIA ON 31 OCTOBER 1988¹

N° 27874. PROTOCOLE À LA CONVENTION SUR LA POLLUTION ATMOSPHÉRIQUE TRANSFRONTIÈRE À LONGUE DISTANCE DE 1979, RELATIF À LA LUTTE CONTRE LES ÉMISSIONS D'OXYDES D'AZOTE OU LEURS FLUX TRANSFRONTIÈRES. CONCLU À SOFIA LE 31 OCTOBRE 1988¹

APPROVAL

Instrument deposited on:

12 November 1991

HUNGARY

(With effect from 10 February 1992.)

Registered ex officio on 12 November 1991.

APPROBATION

Instrument déposé le :

12 novembre 1991

HONGRIE

(Avec effet au 10 février 1992.)

Enregistré d'office le 12 novembre 1991.

No. 28026. INTERNATIONAL AGREEMENT ON JUTE AND JUTE PRODUCTS, 1989. CONCLUDED AT GENEVA ON 3 NOVEMBER 1989²

N° 28026. ACCORD INTERNATIONAL DE 1989 SUR LE JUTE ET LES ARTICLES EN JUTE. CONCLU À GENÈVE LE 3 NOVEMBRE 1989²

RATIFICATION

Instrument deposited on:

12 November 1991

GERMANY

(The Agreement entered into force provisionally on 12 April 1991 for Germany which, by that date, had notified its intention to apply it, in accordance with article 40 (3).

Registered ex officio on 12 November 1991.

RATIFICATION

Instrument déposé le :

12 novembre 1991

ALLEMAGNE

(L'Accord est entré en vigueur à titre provisoire le 12 avril 1991 pour l'Allemagne qui, à cette date, avait notifié son intention de l'appliquer, conformément au paragraphe 3 de l'article 40.)

Enregistré d'office le 12 novembre 1991.

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 1593, No. I-27874.

² *Ibid.*, vol. 1605, No. I-28026, and annex A in volumes 1637, 1647 and 1653.

Vol. 1654, A-27874, 28026

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1593, n° I-27874.

² *Ibid.*, vol. 1605, n° I-28026, et annexe A des volumes 1637, 1647 et 1653.

No. 28262. EXCHANGE OF LETTERS CONSTITUTING AN AGREEMENT BETWEEN THE UNITED NATIONS AND SPAIN CONCERNING THE UNITED NATIONS EUROPEAN REGIONAL SEMINAR ON THE QUESTION OF PALESTINE, TO BE HELD IN MADRID FROM 27 TO 30 MAY 1991. NEW YORK, 17 AND 25 APRIL 1991¹

N° 28262. ÉCHANGE DE LETTRES CONSTITUANT UN ACCORD ENTRE L'ORGANISATION DES NATIONS UNIES ET L'ESPAGNE RELATIF AU SÉMINAIRE RÉGIONAL DE L'EUROPE SUR LA QUESTION DE LA PALESTINE, DEVANT AVOIR LIEU À MADRID SOUS LES AUSPICES DES NATIONS UNIES DU 27 AU 30 MAI 1991. NEW YORK, 17 ET 25 AVRIL 1991¹

DEFINITIVE ENTRY INTO FORCE

The above-mentioned Agreement came into force definitively on 25 November 1991, the date on which the procedural requirements of Spanish law had been met, in accordance with the provisions of the said letters.

Registered ex officio on 15 November 1991.

ENTRÉE EN VIGUEUR DÉFINITIVE

L'Accord susmentionné est entré en vigueur à titre définitif le 25 novembre 1991, date à laquelle les formalités requises par la loi espagnole ont été remplies, conformément aux dispositions desdites lettres.

Enregistré d'office le 15 novembre 1991.

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 1646, No. I-28262.

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1646, n° I-28262.

*INTERNATIONAL LABOUR ORGANISATION*¹

No. 626. CONVENTION (No. 44) ENSURING BENEFIT OR ALLOWANCES TO THE INVOLUNTARILY UNEMPLOYED, ADOPTED BY THE GENERAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL LABOUR ORGANISATION AT ITS EIGHTEENTH SESSION, GENEVA, 23 JUNE 1934, AS MODIFIED BY THE FINAL ARTICLES REVISION CONVENTION, 1946²

DENUNCIATIONS

17 October 1991

NORWAY

SWITZERLAND

(Pursuant to their ratification of Convention No. 168,³ in accordance with article 22 of the Convention No. 44).

Certified statements were registered by the International Labour Organisation on 4 November 1991.

¹ Ratification of any of the Conventions adopted by the General Conference of the International Labour Organisation in the course of its first thirty-two sessions, i.e. up to and including Convention No. 98, is deemed to be the ratification of that Convention as modified by the Final Articles Revision Convention, 1961, in accordance with article 2 of the latter Convention (see United Nations, *Treaty Series*, vol. 423, p. 11).

² United Nations, *Treaty Series*, vol. 40, p. 45; for subsequent actions, see references in Cumulative Indexes Nos. 1 to 3, 5 to 8, 12, 15 and 16, as well as annex A in volume 1106.

³ See p. 67 of this volume.

*ORGANISATION INTERNATIONALE DU TRAVAIL*¹

N° 626. CONVENTION (N° 44) ASSURANT AUX CHÔMEURS INVOLONTAIRES DES INDEMNITÉS OU DES ALLOCATIONS, ADOPTÉE PAR LA CONFÉRENCE GÉNÉRALE DE L'ORGANISATION INTERNATIONALE DU TRAVAIL, À SA DIX-HUITIÈME SESSION, GENÈVE, 23 JUIN 1934, TELLE QU'ELLE A ÉTÉ MODIFIÉE PAR LA CONVENTION PORTANT RÉVISION DES ARTICLES FINALS, 1946²

DÉNONCIATIONS

17 octobre 1991

NORVÈGE

SUISSE

(En vertu de leur ratification de la Convention n° 168³, conformément à l'article 22 de la Convention n° 44.)

Les déclarations certifiées ont été enregistrées par l'Organisation internationale du Travail le 4 novembre 1991.

¹ La ratification de toute Convention adoptée par la Conférence générale de l'Organisation internationale du Travail au cours de ses trente-deux premières sessions, soit jusqu'à la Convention n° 98 inclusivement, est réputée valoir ratification de cette Convention sous sa forme modifiée par la Convention portant révision des articles finals, 1961, conformément à l'article 2 de cette dernière Convention (voir Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 423, p. 11).

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 40, p. 45; pour les faits ultérieurs, voir les références données dans les Index cumulatifs n° 1 à 3, 5 à 8, 12, 15 et 16, ainsi que l'annexe A du volume 1106.

³ Voir p. 67 du présent volume.

ANNEX C

*Ratifications, accessions, etc.,
concerning treaties and international agreements
registered
with the Secretariat of the League of Nations*

ANNEXE C

*Ratifications, adhésions, etc.,
concernant des traités et accords internationaux
enregistrés
au Secrétariat de la Société des Nations*

ANNEX C

ANNEXE C

No. 4829. TREATY BETWEEN HIS MAJESTY IN RESPECT OF THE UNITED KINGDOM AND THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES OF VENEZUELA RELATING TO THE SUBMARINE AREAS OF THE GULF OF PARIA. SIGNED AT CARACAS, FEBRUARY 26th, 1942¹

N° 4829. TRAITÉ ENTRE SA MAJESTÉ, POUR LE ROYAUME-UNI, ET LE PRÉSIDENT DES ÉTATS-UNIS DU VENEZUELA RELATIF AUX RÉGIONS SOUS-MARINES DU GOLFE DE PARIA. SIGNÉ À CARACAS, LE 26 FÉVRIER 1942¹

TERMINATION (*Note by the Secretariat*)

The Government of Venezuela registered on 8 November 1991 the Treaty between the Republic of Venezuela and the Republic of Trinidad and Tobago on the delimitation of marine and submarine areas signed at Caracas on 18 April 1990.²

The said Treaty, which came into force on 23 July 1991, provides, in its article 12, for the termination of the above-mentioned Treaty of 26 February 1942.

(8 November 1991)

ABROGATION (*Note du Secrétariat*)

Le Gouvernement vénézuélien a enregistré le 8 novembre 1991 le Traité entre la République du Venezuela et la République de Trinité-et-Tobago relatif à la délimitation des régions marines et sous-marines signé à Caracas le 18 avril 1990².

Ledit Traité, qui est entré en vigueur le 23 juillet 1991, stipule, à son article XII, l'abrogation du Traité susmentionné du 26 février 1942.

(8 novembre 1991)

¹ League of Nations, *Treaty Series*, vol. CCV, p. 121.

² See p. 293 of this volume.

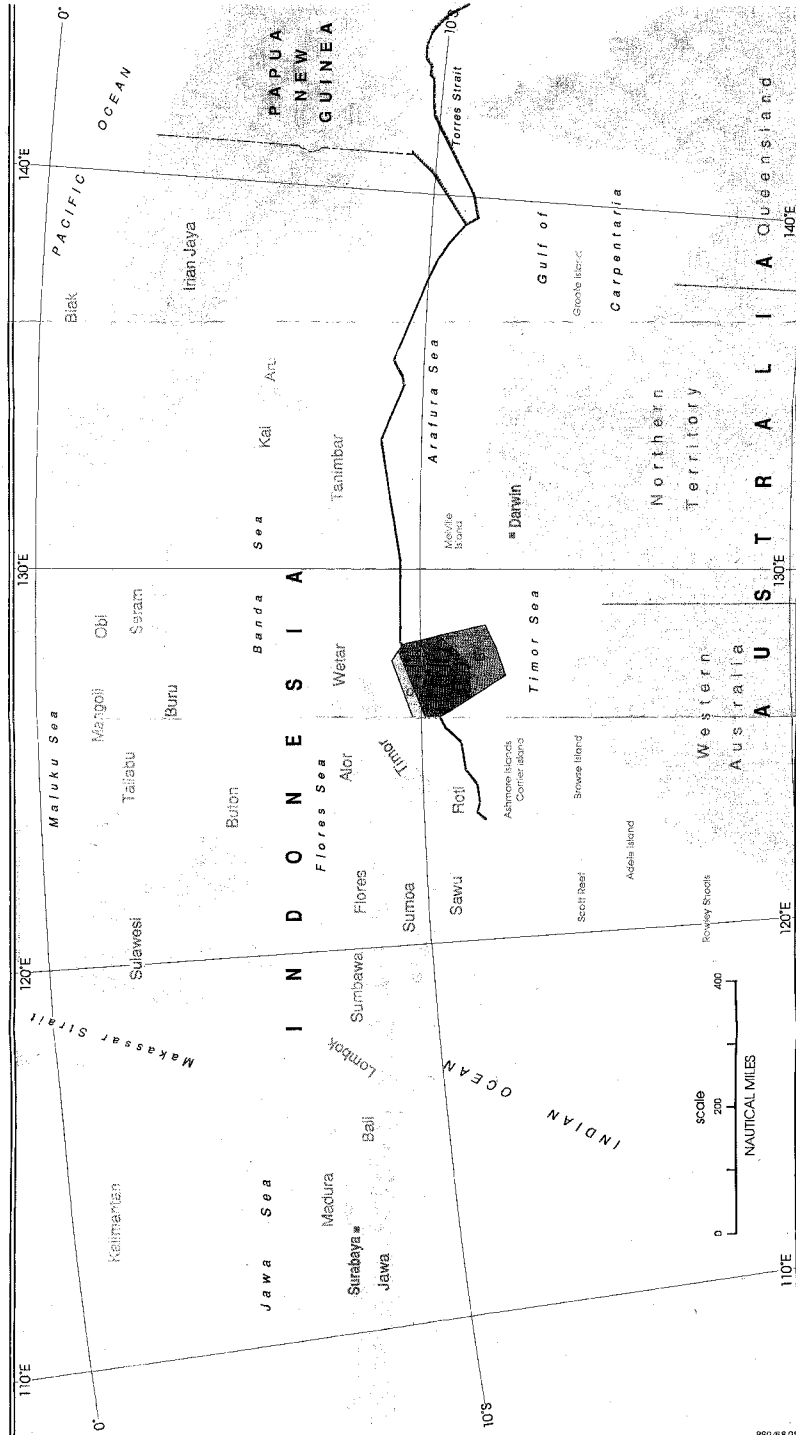
Vol. 1654, C-4829

¹ Société des Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. CCV, p. 121.

² Voir p. 293 du présent volume.



ZONE OF COOPERATION



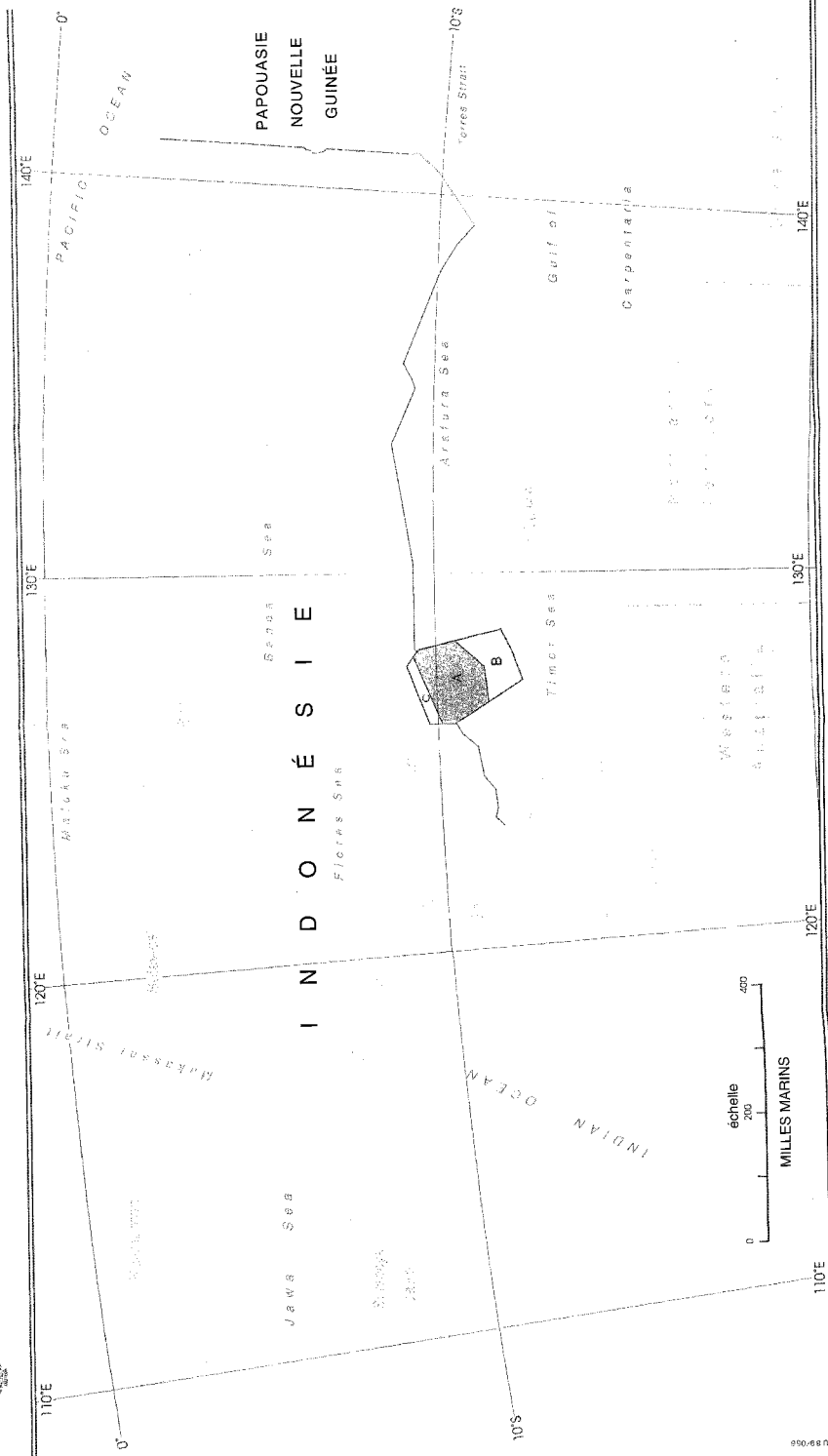
Prepared by Indonesian Armed Forces Survey and Mapping Centre
and the Australian Surveying and Land Information Group.

Treaty No. 152862 (Vol. 1165)

Area of joint control and development.
 Area where Australia has made certain notifications and sharing arrangements with the Republic of Indonesia.
 Area where the Republic of Indonesia has made certain notifications and sharing arrangements with Australia.
 Note: for authoritative details of arrangements reference should be made to the text of the Treaty.
 Agreed seabed boundary between Australia and the Republic of Indonesia
 (Agreement signed on 18 May 1971 and 9 October 1972)
 Agreed seabed boundary between the Republic of Indonesia and the Independent State of Papua New Guinea
 Agreed seabed boundary between Australia and the Independent State of Papua New Guinea.



ZONE DE COOPÉRATION



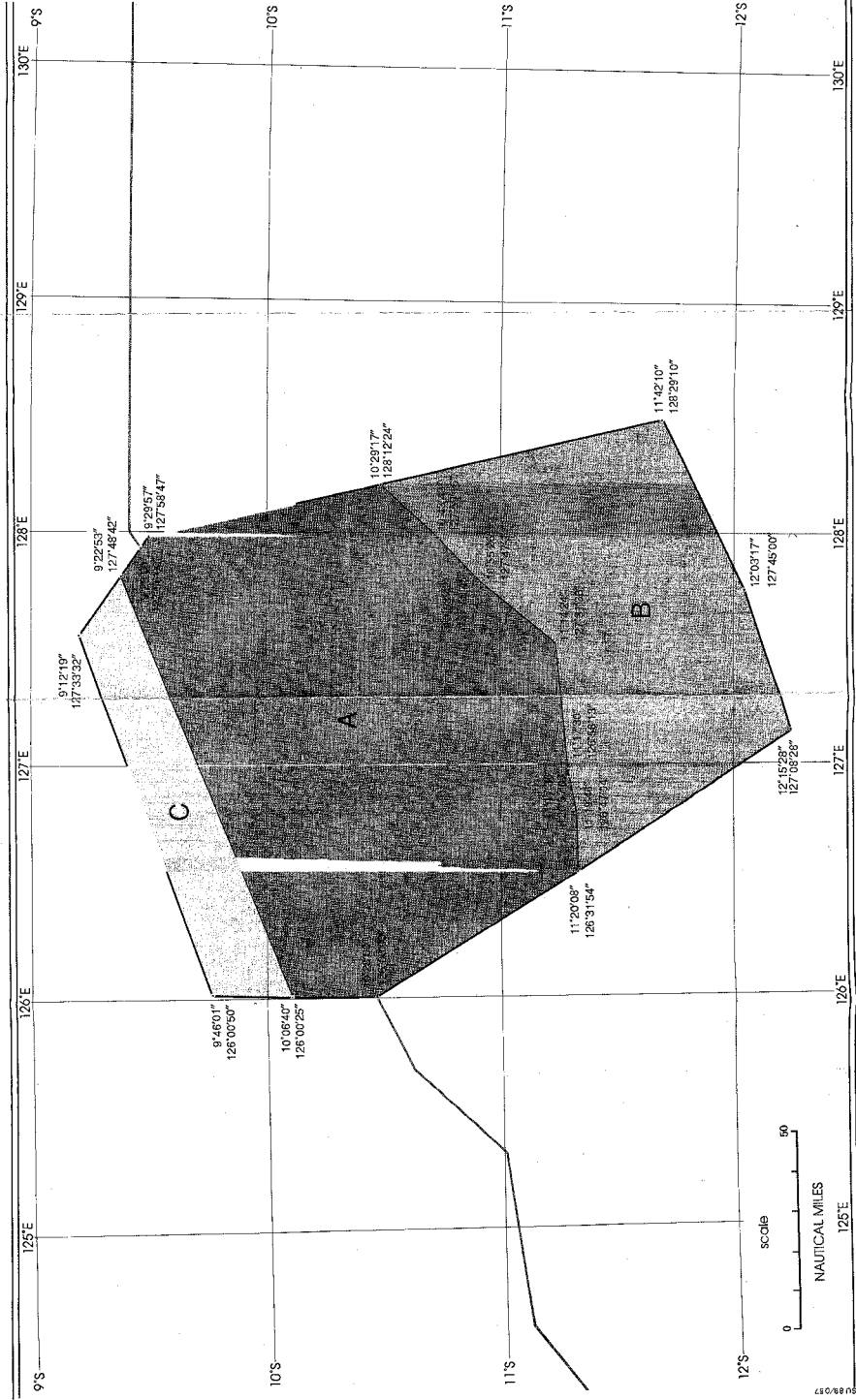
A Sceau d'exploitation commune sous contrôle mixte.
B Sceau au sujet duquel l'Australie doit adresser certaines notifications à la République d'Indonésie et conclure des accords de partage avec ce pays.
C Sceau au sujet duquel la République d'Indonésie doit adresser certaines notifications à l'Australie et conclure des accords de partage avec ce pays.

Note: Le texte du Traité contient des précisions balisant autorité concernant les accords de partage.
 Lignes délimitant les fonds marins entre l'Australie et la République d'Indonésie (accords des 18 mai 1971 et 9 octobre 1972).
 Lignes délimitant les fonds marins entre l'Australie et l'Etat indépendant de Papouasie-Nouvelle-Guinée.

Centre établi par le Centre de topographie et de cartographie des Forces armées indonésiennes et par l'Australian Surveying and Land Information Group.



ZONE OF COOPERATION

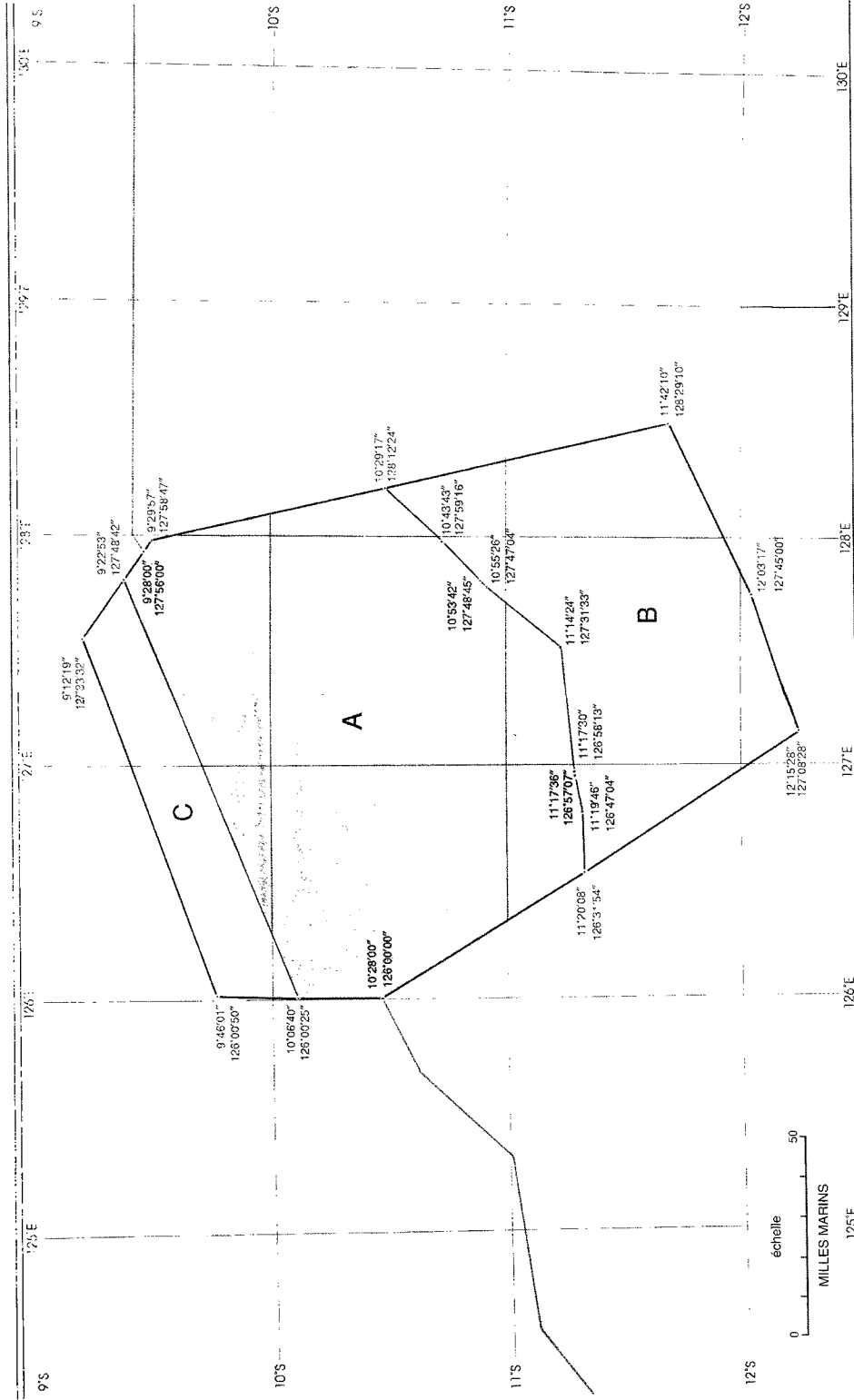


Area of joint control and development.
 Area where Australia shall make certain notifications and sharing arrangements with the Republic of Indonesia.
 Area where the Republic of Indonesia shall make certain notifications and sharing arrangements with Australia.
 Note: for authoritative details of arrangements referenced should be made to the text of the Treaty.
 Agreed seabed boundary between Australia and the Republic of Indonesia
 (Agreements signed on 18 May 1971 and 19 October 1972)

Prepared by the Australian Surveying and Land Information Group
 and the Indonesian Armed Forces Survey and Mapping Centre.



ZONE DE COOPÉRATION



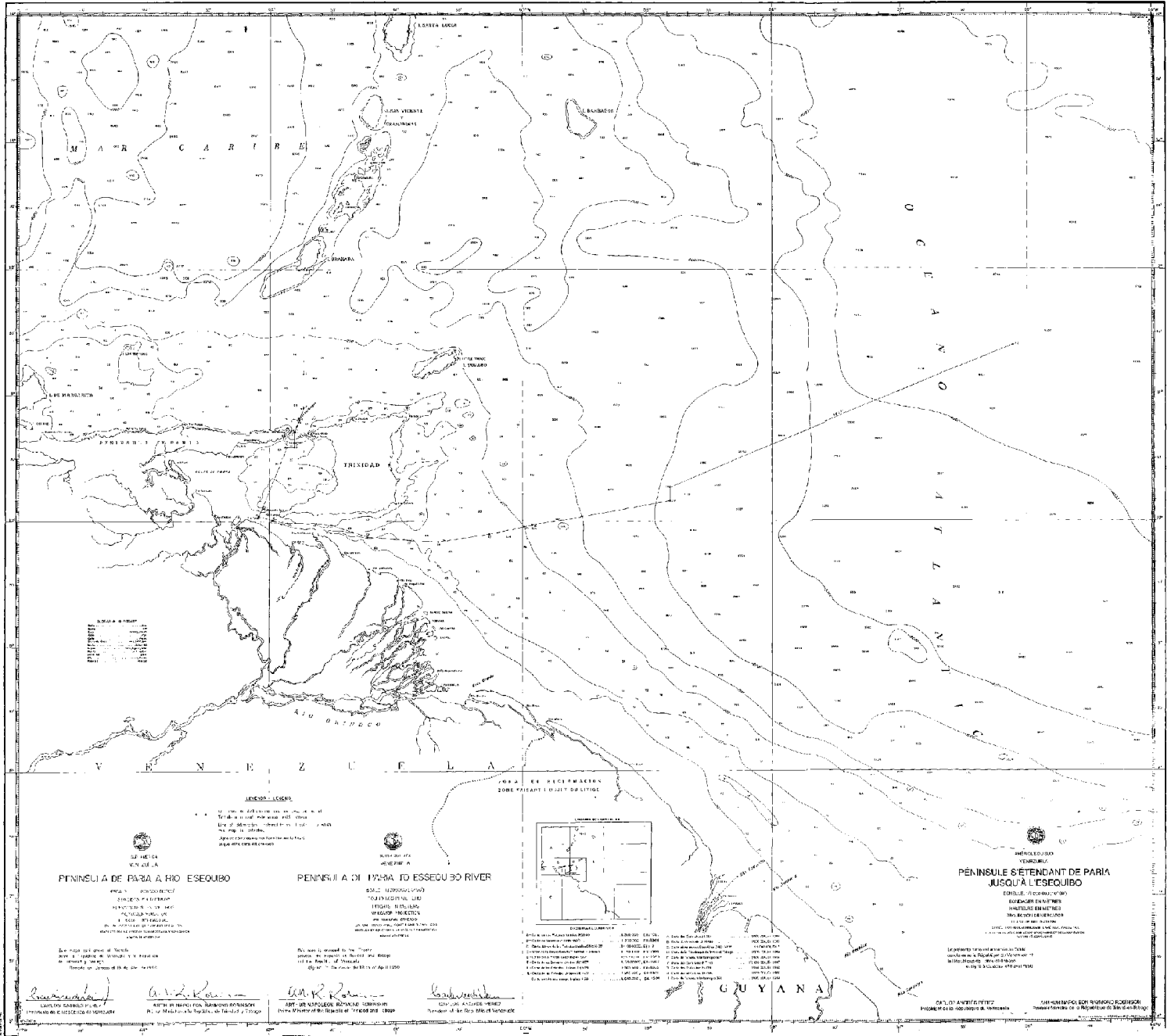
Carte établie par Australian Surveying and Land Information Group et par le Centre de topographie et de cartographie des Forces armées indonésiennes.

Map No. 4149/2 (F)

Map No. 4002 (K 624)

Secteur d'exploitation commune sous contrôle mixte.
Secteur au sujet duquel l'Australie doit adresser certaines notifications à la République d'Indonésie et conclure des accords de partage avec ce pays.
Secteur dans lequel la République d'Indonésie doit adresser certaines notifications à l'Australie et conclure des accords de partage avec ce pays.

Note: Le texte du traité contient des précisions faisant autorité concernant les accords de partage.
Lignes délimitant les fonds marins entre l'Australie et la République d'Indonésie (accords des 18 mai 1971 et 9 octobre 1972).



PENINSULE DE PARIA A RIO ESSEQUIBO

PENINSULE DE PARIA A L'ESSEQUIBO RIVER

PENINSULE S'ETENDANT DE PARIA JUSQU'A L'ESSEQUIBO



COORDINATES		
Latitude North	8 00 00 N	8 30 00 N
Longitude West	79 30 00 W	80 30 00 W
SOUNDINGS		
0 - 10 Fms	0 - 10 M	0 - 10 Fms
10 - 20 Fms	10 - 20 M	10 - 20 Fms
20 - 30 Fms	20 - 30 M	20 - 30 Fms
30 - 40 Fms	30 - 40 M	30 - 40 Fms
40 - 50 Fms	40 - 50 M	40 - 50 Fms
50 - 60 Fms	50 - 60 M	50 - 60 Fms
60 - 70 Fms	60 - 70 M	60 - 70 Fms
70 - 80 Fms	70 - 80 M	70 - 80 Fms
80 - 90 Fms	80 - 90 M	80 - 90 Fms
90 - 100 Fms	90 - 100 M	90 - 100 Fms
100 - 110 Fms	100 - 110 M	100 - 110 Fms
110 - 120 Fms	110 - 120 M	110 - 120 Fms
120 - 130 Fms	120 - 130 M	120 - 130 Fms
130 - 140 Fms	130 - 140 M	130 - 140 Fms
140 - 150 Fms	140 - 150 M	140 - 150 Fms
150 - 160 Fms	150 - 160 M	150 - 160 Fms
160 - 170 Fms	160 - 170 M	160 - 170 Fms
170 - 180 Fms	170 - 180 M	170 - 180 Fms
180 - 190 Fms	180 - 190 M	180 - 190 Fms
190 - 200 Fms	190 - 200 M	190 - 200 Fms

... [Signature]

... [Signature]

... [Signature]

... [Signature]

LEAUX SAINTE PIERRE

... [Text]

... [Text]

GUYANA